REGULAMENTO DO SUNO MULTIESTRATÉGIA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

CAPÍTULO I – DO FUNDO

Art. 1º - O **SUNO MULTIESTRATÉGIA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO** é um fundo de investimento imobiliário constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, regido pelo presente Regulamento, pela Lei 8.668/93, pela Instrução CVM 472, e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

§ 1º - Os termos e expressões utilizados neste Regulamento com letras iniciais maiúsculas, no singular ou no plural, terão os significados a eles especificamente atribuídos no Anexo I deste Regulamento, que dele constitui parte integrante e inseparável.

§ 2º - O **Fundo** é destinado a investidores em geral, incluindo pessoas físicas e jurídicas, residentes e domiciliadas no Brasil, fundos de investimento, e investidores não residentes, observadas as normas aplicáveis. É vedada a subscrição de cotas do **Fundo** por clubes de investimento, nos termos dos artigos 27 e 28 da Resolução CVM 11.

§ 3º - O **Fundo** é administrado e será representado pela **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar (parte), Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 59.281.253/0001-23, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 8.695, de 20 de março de 2006. O nome do Diretor responsável pela supervisão do **Fundo** pode ser encontrado no endereço eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br) e no endereço eletrônico indicado no § 4º abaixo.

§ 4º - Todas as informações e documentos relativos ao **Fundo** que, por força deste Regulamento e/ou normas aplicáveis, devem ficar disponíveis aos Cotistas poderão ser obtidos e/ou consultados na sede da **Administradora** ou em sua página na rede mundial de computadores no seguinte endereço: https://www.btgpactual.com/asset-management/administracao-fiduciaria.

§ 5º - O **Fundo** é gerido pela **SUNO GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 12.124, de 09 de janeiro de 2012, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre D, 15º andar, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ sob o nº 11.304.223/0001-69, responsável pela gestão dos valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, nos termos do artigo 29, inciso VI, da Instrução CVM.

§ 6º - Para fins do Código de Administração de Recursos de Terceiros, vigente desde 3 de janeiro de 2022 ("Código Anbima"), o **Fundo** é classificado como "FII Híbrido Gestão Ativa – Segmento Híbrido".

CAPÍTULO II – DO OBJETO DO FUNDO

Art. 2º - O objetivo do **Fundo** é auferir rendimentos e/ou ganho de capital, bem como proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas por meio do investimento e, conforme o caso, desinvestimento, nas seguintes modalidades de ativos ("Ativos Imobiliários"), observado o disposto na política de investimentos abaixo:

I. quaisquer direitos reais sobre imóveis ("Bens Imóveis");

II. ações de empresas emissoras registradas na CVM e cujas atividades preponderantes sejam permitidas aos fundos de investimento imobiliário ("FII"), conforme Instrução CVM 472 ("Ações Imobiliárias");

III. ações ou cotas de sociedades cujo único propósito se enquadre entre as atividades permitidas aos FII, conforme Instrução CVM 472 ("Participações em SPE Imobiliária");

IV. debêntures distribuídas publicamente emitidas por emissores registrados na CVM, cujas atividades preponderantes sejam permitidas aos FII, nos termos da Instrução CVM 472 ("Debêntures Imobiliárias");

V. cotas de fundos de investimento em participações constituídos sob a forma de condomínio fechado que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos FII, conforme Instrução CVM 472 ("FIP");

VI. cotas de fundos de investimento em ações que sejam setoriais e que invistam exclusivamente em construção civil ou no mercado imobiliário, conforme Instrução CVM 472;

VII. certificados de potencial adicional de construção emitidos com base na Resolução CVM 84;

VIII. cotas de outros FII;

IX. certificados de recebíveis imobiliários emitidos na forma de títulos de crédito nominativos, escriturais e transferíveis, lastreados em créditos imobiliários, conforme previstos na forma da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 ("CRI"), desde que tenham sido objeto de oferta pública registrada na CVM ou cujo registro tenha sido dispensado, nos termos da regulamentação em vigor;

X. cotas de fundos de investimento em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio fechado, regidos nos termos da Instrução CVM 356, e que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos FII, conforme Instrução CVM 472 ("FIDC"), desde que tenham sido objeto de oferta pública registrada na CVM ou cujo registro tenha sido dispensado, nos termos da regulamentação do em vigor;

XI. letras hipotecárias ("LH");

XII. letras de crédito imobiliário ("LCI");

XIII. letras imobiliárias garantidas ("LIG");

XIV. bônus de subscrição, seus cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramentos, certificados de depósito de valores mobiliários, cédulas de debêntures, cotas de fundos de investimento, notas promissórias, e quaisquer outros valores mobiliários, desde que se trate de emissores registrados na CVM e cujas atividades preponderantes sejam permitidas aos FII, conforme Instrução CVM 472 ("Outros Títulos Imobiliários"); e

XV. operações compromissadas com lastro nos ativos acima que sejam considerados ativos de renda fixa, nos termos da regulamentação específica doConselho Monetário Nacional.

§ 1º - Adicionalmente ao disposto no *caput*, o **Fundo** poderá investir em Ativos de Liquidez (conforme abaixo definido), desde que permitido pela legislação vigente, sem necessidade de consulta prévia aos Cotistas, conforme o disposto na política de investimento do **Fundo** definida no Capítulo III abaixo.

§ 2º - O **Fundo** poderá adquirir Bens Imóveis que estejam localizados em todo o território brasileiro, observado que os Bens Imóveis deverão ter sido avaliados por empresa especializada independente previamente à sua

eventual aquisição/recebimento pelo **Fundo**, na forma do artigo 45, §4º, da Instrução CVM 472. O laudo de avaliação dos imóveis será preparado de acordo com o Anexo 12 da Instrução CVM 472 e deverá ser atualizado em periodicidade anual, antes do encerramento de cada exercício social.

§ 3º - O **Fundo** poderá, conforme sugestões e recomendações do **Gestor**, adquirir Bens Imóveis gravados com ônus reais.

§ 4º - Os Ativos Imobiliários integrantes da carteira do **Fundo**, bem como seus frutos e rendimentos, deverão observar as seguintes restrições:

I. não poderão integrar o ativo da **Administradora**, nem responderão por qualquer obrigação de sua responsabilidade;

II. não comporão a lista de bens e direitos da **Administradora** para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial, nem serão passíveis de execução por seus credores, por mais privilegiados que sejam; e

III. não poderão ser dados em garantia de débito de operação da **Administradora**.

§ 5º - Competirá à **Administradora**, considerando a análise, avaliação e recomendação realizadas pelo **Gestor**, proceder à aquisição ou a alienação dos Bens Imóveis e Participações em SPE Imobiliária, observado o disposto neste Regulamento.

§ 6º - Os investimentos e desinvestimentos do **Fundo** em Ativos Imobiliários que sejam considerados valores mobiliários ou ativos financeiros equiparados a valores mobiliários, nos termos da regulamentação específica (isto é, para os fins deste Regulamento, Ativos de Liquidez e Ativos Imobiliários exceto Bens Imóveis e Participações em SPE Imobiliária), serão realizados diretamente pelo **Gestor**, nos termos deste Regulamento..

§ 7º - A **Administradora**, para fins do §6º acima, outorga poderes para que o **Gestor** celebre todo e qualquer instrumento necessário para esses fins, observado, entretanto, que a gestão dos Bens Imóveis e das Participações em SPE Imobiliária de titularidade do **Fundo** competirá exclusivamente à **Administradora**, considerando as sugestões e orientações do **Gestor**, que deterá a propriedade fiduciária dos bens do **Fundo**.

CAPÍTULO III – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Art. 3º - Os recursos do **Fundo** serão aplicados diretamente pelo **Gestor** ou pela **Administradora,** por recomendação do **Gestor**, conforme o caso, segundo uma política de investimentos definida de forma a proporcionar ao Cotista uma remuneração para o investimento realizado, objetivando a valorização e a rentabilidade de suas Cotas por meio do investimento nos Ativos Imobiliários, auferindo rendimentos advindos destes, bem como auferir ganho de capital a partir da negociação dos Ativos Imobiliários.

Art. 4º - As disponibilidades financeiras do **Fundo** que, temporariamente, não estejam aplicadas em Ativos Imobiliários, nos termos deste Regulamento, serão aplicadas, conforme os limites previstos na legislação aplicável, nos seguintes ativos de liquidez, compatíveis com as necessidade de caixa do **Fundo** ("Ativos de Liquidez"):

I. cotas de fundos de investimento de renda fixa ou títulos de renda fixa, públicos ou privados, de liquidez compatível com as necessidades do **Fundo**, de acordo com as normas editadas pela CVM;

II. títulos públicos federais e operações compromissadas com lastro nos papéis indicados no item "I" acima;

III. certificados de depósito bancário emitidos por instituição financeira; e

IV. derivativos, exclusivamente para fins de proteção patrimonial, cuja exposição seja sempre, no máximo, o valor do patrimônio líquido do **Fundo**.

V.

Art. 5º - Nos termos do artigo 45, §§ 5º e 6º, da Instrução CVM 472, caso o **Fundo** venha a investir preponderantemente em valores mobiliários, a composição da carteira do Fundo deverá respeitar os limites de aplicação por emissor e por modalidade de ativos financeiros estabelecidos nas regras gerais sobre fundos de investimento, sem prejuízo do disposto no artigo 45, § 6º, da Instrução CVM 472, cabendo à **Administradora** e ao **Gestor** respeitar as regras de enquadramento e desenquadramento estabelecidas nas referidas regras gerais sobre fundos de investimento.

§ 1º - Os ativos que integrarão o patrimônio líquido do **Fundo** poderão ser negociados, adquiridos ou alienados pelo **Fundo** sem a necessidade de aprovação por parte da Assembleia Geral de Cotistas, observada a política de investimentos prevista neste Capítulo, exceto nos casos que caracterizem conflito de interesses entre o **Fundo** e a **Administradora** e/ou o **Gestor** e suas Pessoas Ligadas (conforme abaixo definido), nos termos do Capítulo XX deste Regulamento.

§ 2º - O **Fundo** poderá realizar reformas ou benfeitorias nos Bens Imóveis com o objetivo de potencializar os retornos decorrentes de sua exploração comercial ou eventual comercialização.

§ 3º - Os Ativos Imobiliários poderão estar relacionados a empreendimentos imobiliários prontos, em construção ou a projetos *greenfield*, ou seja, projetos completamente novos, ainda em fase pré-operacional de estudo e desenvolvimento.

§ 4º - O objeto e a política de investimentos do **Fundo** somente poderão ser alterados por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, observadas as regras estabelecidas no presente Regulamento.

§ 5º - Observadas as vedações constantes do Art. 6º abaixo, o **Fundo**, por meio de seu **Gestor**, poderá realizar operações classificadas como *"day trade"*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, conforme autorizado pela legislação e a regulamentação em vigor.

Art. 6º - É vedado ao **Fundo**, adicionalmente às vedações estabelecidas pela regulamentação aplicável editada pela CVM e por este Regulamento em relação às atividades da **Administradora** e do **Gestor**:

I. aplicar recursos na aquisição de títulos e valores mobiliários que não os Ativos Imobiliários e os Ativos de Liquidez;

II. aplicar recursos na aquisição de cotas de FIDC-NP;

III. manter posições em mercados derivativos, a descoberto, ou que gerem possibilidade de perda superior ao valor do patrimônio líquido do **Fundo**; e

IV. locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar títulos e valores mobiliários, exceto (a) em depósito de garantias em operações com derivativos, e (b) na hipótese prevista no Art. 24, §2º, desse Regulamento.

Art. 7º - As aplicações realizadas no **Fundo** não contam com garantia da **Administradora**, do **Gestor** ou de qualquer instituição pertencente ao mesmo conglomerado da **Administradora** e/ou do **Gestor**, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

CAPÍTULO IV – DAS COTAS

Art. 8º - As Cotas do **Fundo** (i) são de classe única, (ii) correspondem a frações ideais de seu patrimônio e (iii) terão a forma nominativa e escritural.

§ 1º - O **Fundo** manterá contrato com instituição depositária devidamente credenciada pela CVM para a prestação de serviços de escrituração de Cotas, que emitirá extratos de contas de depósito, a fim de comprovar a propriedade das cotas e a qualidade de condômino do **Fundo**, nos casos em que as Cotas por eles detidas não forem objeto de depósito centralizado, conforme previsto na Resolução da CVM 33, de 19 de maio de 2021.

§ 2º - A cada Cota corresponderá um voto nas Assembleia Geral de Cotistas do **Fundo**.

§ 3º - Todas as Cotas garantem aos seus titulares direitos patrimoniais, políticos e econômicos idênticos, observado que, de acordo com o disposto na Instrução CVM 472 e no artigo 2º da Lei nº 8.668/93, o Cotista não poderá requerer o resgate de suas Cotas.

§ 4º - As Cotas serão depositadas pela **Administradora** para negociação em mercado de balcão organizado ou de bolsa, administrados pela B3. Depois de as Cotas estarem integralizadas e observados os procedimentos operacionais da B3, os titulares das Cotas poderão negociá-las no mercado secundário, observados o prazo e as condições previstos neste Regulamento. A **Administradora** fica, nos termos deste Regulamento, autorizada a alterar o mercado em que as Cotas sejam admitidas à negociação, independentemente de prévia autorização da Assembleia Geral de Cotistas, desde que se trate de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

§ 5º - O titular de Cotas do **Fundo**:

I. não poderá exercer qualquer direito real sobre os ativos integrantes do patrimônio do **Fundo**, inclusive os Ativos Imobiliários e os Ativos de Liquidez;

II. não responde pessoalmente por qualquer obrigação legal ou contratual, relativa aos ativos integrantes do patrimônio do **Fundo** ou da **Administradora**, salvo quanto à obrigação de pagamento das Cotas que subscrever; e

III. está obrigado a exercer o seu direito de voto sempre no interesse do **Fundo**.

CAPÍTULO V – DA PRIMEIRA EMISSÃO DE COTAS

Art. 9º - A **Administradora** aprovou a 1ª (primeira) emissão ("Primeira Emissão") de Cotas do **Fundo**, nos termos do Suplemento da Primeira Emissão, conforme Anexo II ao presente Regulamento.

§ 1º - As Cotas da Primeira Emissão serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, nos termos do Suplemento da Primeira Emissão, conforme Anexo II ao presente Regulamento.

§ 2º - A subscrição e a integralização das Cotas da Primeira Emissão deverão observar o disposto no Suplemento da Primeira Emissão, conforme Anexo II ao presente Regulamento.

§ 3º - A **Administradora** deverá informar à CVM a data da primeira integralização de Cotas do **Fundo** no prazo de até 10 (dez) dias após a respectiva ocorrência.

§ 4º - Caso não seja subscrita a quantidade mínima das Cotas da Primeira Emissão prevista no *caput*, a Primeira Emissão será cancelada, ficando o **Fundo** obrigado a ratear entre os subscritores que tiverem integralizado suas

Cotas em moeda corrente, na proporção das Cotas subscritas e integralizadas da emissão por cada investidor, os recursos financeiros captados pelo **Fundo** e, se for o caso, os rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações em fundos de renda fixa realizadas no período, sendo certo que não serão restituídos aos Cotistas os recursos despendidos com o pagamento de tributos incidentes sobre a aplicação financeira, os quais serão arcados pelo investidor na proporção dos valores subscritos e integralizados. Adicionalmente, a **Administradora** deverá proceder à liquidação do Fundo, nos termos deste Regulamento.

§ 5º - Caso as Cotas sejam objeto de oferta destinada a Investidores Qualificados ou exclusivamente a Investidores Profissionais, os subscritores deverão observar as restrições de negociação no mercado secundário previstas no artigo 86, da Resolução CVM 160, sendo certo que tais restrições à negociação deixam de ser aplicáveis caso o Fundo tenha sido registrado como emissor de valores mobiliários e realize oferta subsequente de Cotas destinada a público investidor em geral, sujeita ao rito de registro ordinário.

CAPÍTULO VI – DAS OFERTAS PÚBLICAS DE COTAS DO FUNDO

Art. 10 - As ofertas públicas de distribuição de Cotas do **Fundo** se darão através de instituições integrantes do sistema de distribuição do mercado de valores mobiliários, nas condições especificadas em ata de Assembleia Geral de Cotistas ou em ato próprio da **Administradora**, conforme aplicável, e serão realizadas de acordo com a Resolução CVM 160, respeitadas, ainda, as disposições deste Regulamento e do respectivo Suplemento conforme modelo previsto no Anexo III ao presente Regulamento, da Instrução CVM 472 e demais leis e regulamentações aplicáveis.

§ 1º - No ato de subscrição das Cotas o subscritor assinará o boletim de subscrição, ou o documento de aceitação da oferta, caso não haja boletim de subscrição, nos termos da regulamentação da CVM aplicável, que será autenticado pela **Administradora** ou pela instituição autorizada a processar a subscrição e integralização das Cotas.

§ 2º - Durante a oferta pública das Cotas do **Fundo**, estará disponível ao investidor o exemplar deste Regulamento e, quando aplicável, do prospecto de distribuição pública de Cotas do **Fundo**, além de documento discriminando as despesas que tenha que arcar com a subscrição e distribuição, devendo o subscritor declarar:

I. que teve acesso a este Regulamento e, se houver, ao prospecto; e

II. que está ciente: (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes ao objeto e à política de investimento do **Fundo**; (b) dos riscos inerentes ao investimento no **Fundo**, conforme descritos neste Regulamento, em prospecto de distribuição pública e no informe anual do **Fundo**, divulgados nos termos da regulamentação aplicável; e (c) da Taxa de Administração, da Taxa de Gestão e da Taxa de Performance devidas e dos demais valores a serem pagos a título de encargos do **Fundo**.

§ 3º - Adicionalmente ao disposto no parágrafo anterior, na hipótese de a oferta pública de Cotas do **Fundo** ser realizada sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, o subscritor deverá declarar estar ciente que a oferta e os documentos da oferta não foram analisados previamente pela CVM.

§ 4º - O **Fundo** poderá realizar oferta pública de distribuição de Cotas que atenda às formalidades regulamentares da dispensa de registro, ou de alguns dos seus requisitos, inclusive os previstos neste Artigo 10.

§ 5º - As Cotas subscritas e integralizadas farão jus aos rendimentos relativos ao exercício social em que forem emitidas e a partir da data de sua integralização, sendo que no mês em que forem integralizadas o rendimento

será calculado *pro rata temporis*, participando integralmente dos rendimentos dos meses subsequentes. Além disso, a primeira distribuição de rendimentos, se houver, será realizada até o mês subsequente ao encerramento da oferta pública de distribuição das Cotas da Primeira Emissão do **Fundo**, e as demais conforme a política de distribuição de resultados.

§ 6º - As despesas incorridas na estruturação, distribuição e registro das ofertas primárias de Cotas do **Fundo**, conforme aplicável, inclusive aquelas que forem arcadas pelo **Gestor,** poderão ser consideradas como encargos do **Fundo**, nos termos da regulamentação aplicável e do disposto no Capítulo XIX deste Regulamento, ou poderão ser arcados pelos subscritores das Cotas, caso assim deliberado quando da aprovação de cada emissão subsequente de Cotas do **Fundo**.

Art. 11 - Não há limitação à subscrição ou aquisição de Cotas do **Fundo** por qualquer pessoa física ou jurídica, brasileira ou estrangeira, ficando desde já ressalvado que:

I. os rendimentos distribuídos pelo Fundo ao Cotista pessoa física serão isentos de imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual, desde que (a) o **Fundo** possua, no mínimo, 50 (cinquenta) Cotistas; (b) o Cotista pessoa física não seja titular das Cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das Cotas emitidas pelo **Fundo** ou cujas Cotas lhe deem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo; e (c) as Cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado; e

II. se o **Fundo** aplicar recursos em empreendimento imobiliário que tenha como incorporador, construtor ou sócio, cotista que possua, isoladamente ou em conjunto com pessoa a ele ligada, mais de 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas do **Fundo**, o mesmo passará a sujeitar-se à tributação aplicável às pessoas jurídicas.

Parágrafo Único – A **Administradora** não será responsável por, assim como não possui meios de evitar, os impactos mencionados nos incisos I e II do *caput* deste Art. 11, e/ou decorrentes de alteração na legislação tributária aplicável ao **Fundo**, a seus Cotistas e/ou aos investimentos no **Fundo**.

CAPÍTULO VII – DAS NOVAS EMISSÕES DE COTAS

Art. 12 - Encerrada a Primeira Emissão, a **Administradora** poderá deliberar, conforme recomendação do **Gestor**, por realizar novas emissões das Cotas, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, desde que limitadas ao montante total de R$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) ("Capital Autorizado").

Art. 13 - Sem prejuízo do disposto no Art. 12 acima, por proposta da **Administradora**, conforme recomendação do **Gestor**, o **Fundo** poderá, encerrado o processo de distribuição da Primeira Emissão, realizar novas emissões de Cotas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, ou por meio da utilização do Capital Autorizado.

Parágrafo Único – O ato que aprovar a emissão de novas Cotas deverá dispor sobre as características da nova emissão, nos termos do modelo de Suplemento previsto no Anexo III do presente Regulamento, incluindo as condições de subscrição das Cotas e a destinação dos recursos provenientes da integralização, observado que:

(a) o valor de cada nova cota deverá ser fixado, preferencialmente, tendo em vista (i) o valor patrimonial das Cotas, representado pelo quociente entre o valor do patrimônio líquido contábil atualizado do **Fundo** e o número de Cotas emitidas, apurado em data a ser fixada no respectivo instrumento de aprovação da nova emissão; (ii) as perspectivas de rentabilidade do **Fundo**; ou, ainda (iii) o valor de mercado das Cotas já emitidas, apurado em data a ser fixada no respectivo instrumento de aprovação da nova emissão, podendo, em qualquer caso, ser aplicado acréscimo ou desconto;

(b) aos Cotistas que tiverem subscrito e integralizado suas Cotas, e estejam em dia com suas obrigações para com o **Fundo**, fica assegurado, a partir da 3º (terceira) emissão de Cotas, o direito de preferência na subscrição de novas Cotas, na proporção do número de Cotas que possuírem, direito este concedido para exercício por prazo não inferior a 10 (dez) Dias Úteis, sendo certo ainda que a data de corte para apuração dos Cotistas elegíveis ao referido direito de preferência será definida nos documentos que aprovarem as novas emissões de Cotas, e sendo certo que, a critério da **Administradora**, conforme recomendação do **Gestor**, poderá ou não haver a possibilidade de cessão do direito de preferência pelos Cotistas entre os próprios Cotistas ou a terceiros, bem como a abertura de prazo para exercício de direito de subscrição das sobras do direito de preferência, nos termos e condições a serem previstos no ato da **Administradora** ou ata da Assembleia Geral de Cotistas, conforme o caso, que aprovar a emissão de novas Cotas, nos termos do Suplemento da respectiva emissão, observados ainda os procedimentos operacionais dos mercados a que as Cotas estejam admitidas à negociação, bem como a regulamentação em vigor. Não obstante o disposto neste item"(b)", para o exercício do direito de preferência, bem como para a cessão do direito de preferência, deverão ainda ser observados os prazos e procedimentos operacionais da B3 e do escriturador. Para fins de evitarem-se dúvidas, as Cotas objeto da Primeira Emissão não conferirão direito de preferência para a subscrição de Cotas no âmbito da 2ª (emissão) de Cotas, conforme descrito acima, aplicando-se a partir da 3ª (terceira) emissão de Cotas as disposições previstas neste item "(b)", sem distinção entre Cotas de diferentes emissões;

(c) as Cotas objeto da nova emissão assegurarão a seus titulares direitos idênticos aos das Cotas existentes;

(d) é admitido que nas novas emissões de Cotas o ato que aprovar a oferta pública disponha sobre a parcela da nova emissão que poderá ser cancelada, caso não seja subscrita a totalidade das Cotas da nova emissão, devendo ser especificada a quantidade mínima de Cotas ou o montante mínimo de recursos para os quais será mantida a oferta, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160; e

(e) não poderá ser iniciada nova distribuição de Cotas antes de totalmente subscrita ou cancelada a distribuição anterior.

CAPÍTULO VIII – DAS TAXAS DE INGRESSO E SAÍDA

Art. 14 - Não serão cobradas do **Fundo** ou dos Cotistas taxas de ingresso ou de saída.

Parágrafo Único – Não obstante o previsto acima, a cada nova emissão de Cotas, o **Fundo** poderá cobrar taxa de distribuição no mercado primário para arcar com as despesas da oferta pública da nova emissão de Cotas, a ser paga pelos subscritores das novas Cotas no ato da sua respectiva integralização, se assim for deliberado em Assembleia Geral de Cotistas ou no ato da **Administradora** que aprovar a respectiva oferta, conforme o caso, nos termos do Suplemento da respectiva emissão.

CAPÍTULO IX – DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Art. 15 - O **Fundo** deverá distribuir a seus Cotistas, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos resultados auferidos, apurados segundo o regime de caixa, com base em balanço semestral encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis ("Montante Mínimo de Distribuição"), do seguinte modo:

(a) ao longo de cada semestre, o resultado parcial apurado segundo o regime de caixa poderá, a critério do **Gestor**, de comum acordo com a **Administradora**, ser distribuído aos cotistas, mensalmente, sempre no dia 25, ou no Dia Útil imediatamente subsequente, caso o dia 25 não seja um Dia Útil, do mês subsequente ao mês de

apuração, a título de antecipação dos rendimentos do semestre a serem distribuídos;

(b) ao final de cada semestre o resultado apurado segundo o regime de caixa que não tenha sido, ao longo do semestre, distribuído nos termos do item (a) acima, será pago no dia 25, ou no Dia Útil imediatamente subsequente, caso o dia 25 não seja um Dia Útil, do segundo mês subsequente ao encerramento do semestre a que se refere, em montante suficiente para, ao menos, atender ao Montante Mínimo de Distribuição;

§ 1º - Os resultados auferidos, apurados segundo o regime de caixa, com base em balanço semestral encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, que excedam ao Montante Mínimo de Distribuição e que não tenham sido distribuídos nos termos do caput, serão, a critério do **Gestor**, em comum acordo com a **Administradora**:

(a) reinvestidos em Ativos Imobiliários e/ou em Ativos de Liquidez; e/ou

(b) destinados à Reserva de Contingência, admitindo-se sua posterior distribuição aos cotistas, observadas as restrições decorrentes da legislação e/ou regulamentação aplicáveis.

§ 2º - Farão jus aos rendimentos de que trata o caput os titulares de Cotas do **Fundo** no fechamento do dia 15 de cada mês, de acordo com as contas de depósito mantidas pela instituição escrituradora das Cotas, ou no Dia Útil imediatamente anterior caso o dia 15 não seja Dia Útil.

§ 3º - Para suprir inadimplências e deflação em reajuste nos valores a receber do **Fundo** e arcar com as despesas extraordinárias, se houver, poderá ser constituída uma reserva de contingência ("Reserva de Contingência"). Entende-se por despesas extraordinárias aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros relacionados ao **Fundo**. Os recursos da Reserva de Contingência serão aplicados em Ativos de Liquidez, e os rendimentos decorrentes desta aplicação poderão ser incorporados ao valor da Reserva de Contingência, sem prejuízo da distribuição mínima referida no §1º acima, até que se atinja o limite acima previsto.

§ 4º - O valor da Reserva de Contingência que venha a ser constituída será correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do Patrimônio Líquido do **Fundo**.

§ 5º - O **Fundo** manterá sistema de registro contábil, permanentemente atualizado, de forma a demonstrar aos Cotistas as parcelas distribuídas a título de pagamento de rendimento.

CAPÍTULO X – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 16 - A **Administradora** tem amplos poderes para gerir o patrimônio do **Fundo** e representá-lo, observadas as atividades, prerrogativas e responsabilidades do **Gestor**, podendo inclusive abrir e movimentar contas bancárias, transigir e praticar atos necessários à administração do **Fundo**, observadas ainda as limitações impostas por este Regulamento, pela legislação em vigor e demais disposições aplicáveis.

§ 1º - Os poderes constantes deste Capítulo são outorgados à **Administradora** pelos Cotistas do **Fundo**, outorga esta que se considerará expressamente efetivada pela assinatura aposta pelo Cotista no boletim de subscrição ou no documento de aceitação da oferta, caso não haja boletim de subscrição, e no termo de adesão a este Regulamento, ou ainda, por todo cotista que adquirir Cotas do **Fundo** no mercado secundário ou por sucessão a qualquer título. A aquisição das Cotas pelo investidor mediante operação realizada no mercado secundário configura, para todos os fins de direito, sua expressa ciência e concordância aos termos e condições deste Regulamento e, se houver, do prospecto, em especial às disposições relativas à política de investimento.

§ 2º - A **Administradora** deverá empregar no exercício de suas funções o cuidado que toda entidade

profissional ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios, devendo, ainda, servir com boa fé, transparência, diligência e lealdade ao **Fundo** e manter reserva sobre seus negócios.

§ 3º - A **Administradora** será, nos termos e condições previstos na Lei nº 8.668/93, a proprietária fiduciária dos bens e direitos adquiridos com os recursos do **Fundo**, os quais administrará e disporá, considerando as atribuições do **Gestor**, na forma e para os fins estabelecidos neste Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis.

§ 4º - A administração do **Fundo** compreende o conjunto de serviços relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento e à manutenção do **Fundo**, que podem ser prestados pela própria **Administradora** ou por terceiros por ela contratados, por escrito, em nome do **Fundo**, desde que devidamente habilitados para tanto, conforme o caso.

§ 5º - A **Administradora**, observadas as limitações legais e regulamentares aplicáveis, assim como aquelas constantes deste Regulamento, tem poderes para realizar todas as operações e praticar todos os atos que se relacionem com o objeto do **Fundo**.

§ 6º - A **Administradora** conferirá poderes ao **Gestor** para que este adquira Ativos Imobiliários (exceto Bens Imóveis e Participações em SPE Imobiliária) e Ativos de Liquidez, exerça os direitos decorrentes da titularidade destes, bem como celebre todo e qualquer instrumento e pratique os atos necessários para estes fins, de acordo com o disposto neste Regulamento, na regulamentação em vigor e no Contrato de Gestão (conforme abaixo definido).

§ 7º - Nos termos do instrumento por meio do qual a **Administradora** contratar o **Gestor** para gerir a carteira do **Fundo** ("Contrato de Gestão"), a **Administradora** outorgará ao **Gestor** poderes para que este pratique as atividades descritas no §6º acima, bem como aquelas inerentes às suas atividades na qualidade de gestor do **Fundo**, podendo o **Gestor**, para tanto, adquirir e alienar livremente os Ativos Imobiliários (exceto Bens Imóveis e Participações em SPE Imobiliária) e os Ativos de Liquidez pertencentes ao **Fundo**, comparecer em assembleias gerais ou especiais dos Ativos Imobiliários, conforme aplicável, e dos Ativos de Liquidez, aconselhar e recomendar à **Administradora** a aquisição e alienação de Bens Imóveis e Participações em SPE Imobiliária, bem como as estratégias de investimento e desinvestimento em Bens Imóveis e Participações em SPE Imobiliária, além de firmar os documentos que se fizerem necessários para a celebração dos atos e operações do **Fundo** relacionadas à aquisição ou alienação dos Ativos Imobiliários (exceto Bens Imóveis e Participações em SPE Imobiliária) ou dos Ativos de Liquidez, observadas as disposições e limitações legais e regulamentares aplicáveis, as disposições deste Regulamento e as decisões tomadas em Assembleia Geral de Cotistas.

Art. 17 - A **Administradora** deverá prover o **Fundo** com os seguintes serviços, seja prestando-os diretamente, hipótese em que deve estar habilitada para tanto, ou indiretamente:

I. manutenção de departamento técnico habilitado a prestar serviços de análise e acompanhamento de projetos imobiliários;

II. atividades de tesouraria, de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários;

III. escrituração de Cotas;

IV. custódia de ativos financeiros;

V. auditoria independente; e

VI. gestão dos valores mobiliários integrantes da carteira do **Fundo**.

Parágrafo Único – Os custos com a contratação de terceiros para os serviços mencionados nos incisos IV e V do *caput* serão considerados despesas do **Fundo**. Os custos com a contratação de terceiros para os serviços mencionados nos incisos I, II, III e VI do *caput* devem ser arcados pela **Administradora**.

Art. 18 - Para o exercício das atribuições da **Administradora**, poderão ser contratados, em nome e às expensas do **Fundo**, pela própria **Administradora** ou por terceiros, desde que devidamente habilitados, conforme o caso, os seguintes serviços facultativos:

I. instituição responsável pela distribuição de Cotas;

II. consultoria especializada, que objetive dar suporte e subsidiar a **Administradora** e o **Gestor** em suas atividades de análise, seleção e avaliação dos Ativos Imobiliários integrantes ou que possam vir a integrar a carteira do **Fundo**;

III. empresa especializada para administrar as locações ou arrendamentos de empreendimentos integrantes do seu patrimônio, a exploração do direito de superfície, monitorar e acompanhar projetos e a comercialização dos respectivos imóveis e consolidar dados econômicos e financeiros selecionados das companhias investidas para fins de monitoramento; e

IV. formador de mercado para as Cotas do **Fundo**.

§ 1º - Os serviços a que se referem os incisos I, II e III deste artigo podem ser prestados pela **Administradora**, pelo **Gestor** ou por terceiros, desde que, em qualquer dos casos, devidamente habilitados.

§ 2º - É vedado à **Administradora**, ao **Gestor** e ao consultor especializado, caso seja contratado, o exercício da função de formador de mercado para as Cotas do **Fundo**, e dependerá de prévia aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas a contratação de partes relacionadas à **Administradora**, ao **Gestor** e ao consultor especializado, para o exercício da função de formador de mercado.

Art. 19 - Compete à **Administradora**, observado o disposto neste Regulamento e as recomendações do **Gestor**:

I. realizar todas as operações e praticar todos os atos que se relacionem com o objeto do **Fundo**, observadas as limitações impostas por este Regulamento;

II. exercer todos os direitos inerentes à propriedade dos bens e direitos integrantes do patrimônio do **Fundo**, inclusive o de ações, recursos e exceções;

III. abrir e movimentar contas bancárias;

IV. adquirir e alienar livremente títulos pertencentes ao **Fundo**;

V. transigir;

VI. representar o **Fundo** em juízo e fora dele;

VII. solicitar, se for o caso, a admissão à negociação em mercado organizado das Cotas do **Fundo**; e

VIII. deliberar sobre a emissão de novas Cotas, conforme orientação do **Gestor**, observados os limites e condições estabelecidos neste Regulamento.

CAPÍTULO XI – DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR

Art. 20 - As atividades de gestão da carteira do **Fundo** serão exercidas pelo **Gestor**, sendo suas competências discriminadas em instrumento específico, sem prejuízo das atribuições que lhe são conferidas e restrições que lhe são impostas por força de lei e da regulamentação aplicáveis e deste Regulamento.

Parágrafo Único – O **Gestor** poderá, independentemente de prévia anuência dos Cotistas, exceto no caso de situação de conflito de interesses, praticar os seguintes atos, ou quaisquer outros necessários à consecução dos objetivos do **Fundo**, desde que em observância a este Regulamento e à legislação aplicável: selecionar, adquirir, vender, permutar ou de qualquer outra forma alienar, no todo ou em parte, os Ativos Imobiliários (exceto Bens Imóveis e Participações em SPE Imobiliária) ou os Ativos de Liquidez, exceto no caso de situação de conflito de interesses, para quaisquer terceiros, incluindo, mas não se limitando, para Cotistas do **Fundo**.

Art. 21 - Constituem obrigações e responsabilidades da **Administradora** do **Fundo**:

I. selecionar os bens e direitos que comporão o patrimônio do **Fundo**, de acordo com a política de investimento prevista neste Regulamento e as recomendações do **Gestor**;

II. providenciar a averbação, junto aos Cartórios de Registro de Imóveis competentes, das restrições dispostas no artigo 7º da Lei n.º 8.668/93, fazendo constar nas matrículas dos Bens Imóveis eventualmente integrantes do patrimônio do **Fundo** que tais ativos imobiliários: (a) não integram o ativo da **Administradora**; (b) não respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação da **Administradora**; (c) não compõem a lista de bens e direitos da **Administradora**, para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial; (d) não podem ser dados em garantia de débito de operação da **Administradora**; (e) não são passíveis de execução por quaisquer credores da **Administradora**, por mais privilegiados que possam ser; e (f) não podem ser objeto de constituição de ônus reais;

III. manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem: (a) os registros dos Cotistas e de transferência de Cotas; (b) os livros de atas e de presença das assembleias gerais; (c) a documentação relativa às operações do **Fundo**; (d) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do **Fundo**; e (e) o arquivo dos relatórios do auditor independente e, quando for o caso, do representante de Cotistas e dos profissionais ou empresas contratados nos termos deste Regulamento;

IV. celebrar os negócios jurídicos e realizar todas as operações necessárias à execução da política de investimentos do **Fundo**, exercendo, ou diligenciando para que sejam exercidos, todos os direitos relacionados ao patrimônio e às atividades do **Fundo**, observadas as recomendações do **Gestor**;

V. receber rendimentos ou quaisquer valores devidos ao **Fundo**;

VI. agir sempre no único e exclusivo benefício dos Cotistas, empregando na defesa de seus direitos a diligência exigida pelas circunstâncias e praticando todos os atos necessários a assegurá-los, judicial ou extrajudicialmente;

VII. administrar os recursos do **Fundo** de forma judiciosa, sem onerá-lo com despesas ou gastos desnecessários ou acima do razoável;

VIII. custear as despesas de propaganda do **Fundo**, exceto pelas despesas de propaganda em período de distribuição de Cotas que podem ser arcadas pelo **Fundo**;

IX. manter custodiados em instituição prestadora de serviços de custódia devidamente autorizada pela CVM, os títulos adquiridos com recursos do **Fundo**;

X. no caso de ser informado sobre a instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso III até o término do procedimento;

XI. dar cumprimento aos deveres de informação previstos no Capítulo VII da Instrução CVM 472 e neste Regulamento;

XII. manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo **Fundo**;

XIII. divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **Fundo** ou a suas operações, de modo a garantir aos Cotistas e demais investidores acesso a informações que possam, de modo ponderável, influir na cotação das cotas ou de valores mobiliários a elas referenciados, na decisão de Cotistas e demais investidores de adquirir ou alienar Cotas, ou de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular das Cotas ou de valores mobiliários a elas referenciados, sendo à **Administradora** vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem mediante compra ou venda das Cotas do **Fundo**;

XIV. observar as disposições constantes neste Regulamento e no prospecto do **Fundo**, quando aplicável, bem como as deliberações da assembleia geral;

XV. controlar e supervisionar as atividades inerentes à gestão dos ativos do **Fundo**, fiscalizando os serviços prestados por terceiros contratados e o andamento dos empreendimentos imobiliários sob sua responsabilidade, se for o caso;

XVI. pagar, às suas expensas, as eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão do atraso do cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM 472;

XVII. elaborar as demonstrações financeiras do **Fundo** de acordo com este Regulamento e a regulamentação aplicável;

XVIII. realizar amortizações de Cotas e/ou distribuições de rendimentos, conforme venha a ser deliberado pelo **Gestor**;

XIX. constituir eventual reserva para contingências e/ou despesas, conforme venha a ser deliberado pelo **Gestor**;

XX. contratar a empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação, conforme orientação do **Gestor**; e

XXI. sem prejuízo da outorga de poderes ao **Gestor** para a prática das atividades de gestão da carteira do **Fundo**, celebrar os negócios jurídicos e realizar todas as operações necessárias à execução da política de investimento do **Fundo**, exercendo, ou diligenciado para que sejam exercidos, todos os direitos relacionados ao patrimônio líquido e às atividades do **Fundo**.

Parágrafo Único – A **Administradora** e o **Gestor** devem transferir ao **Fundo** qualquer benefício ou vantagem que possam alcançar em decorrência de sua condição.

Art. 22 - A **Administradora** e o **Gestor** serão responsáveis por quaisquer danos causados por si ao patrimônio do **Fundo** desde que comprovadamente decorrentes de: (i) atos que configurem má gestão ou gestão temerária do **Fundo**; e (ii) atos de qualquer natureza que configurem violação material da lei, da Instrução CVM 472, deste Regulamento ou ainda, de determinação da Assembleia Geral de Cotistas.

Art. 23 - A **Administradora** e o **Gestor** não serão responsabilizados nos casos de força maior, assim entendidas as contingências que possam causar redução do patrimônio do **Fundo** ou, de qualquer outra forma, prejudicar o investimento dos Cotistas e que estejam além de seu controle, tornando impossível o cumprimento das obrigações

contratuais por ele assumidas, tais como atos governamentais, moratórias, greves, locautes, pandemias e outros similares.

CAPÍTULO XII – DAS VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA E GESTOR

Art. 24 - É vedado à **Administradora** e ao **Gestor**, no exercício de suas atividades, e utilizando os recursos ou ativos do **Fundo**:

I. receber depósito em sua conta corrente;

II. conceder empréstimos, adiantar rendas futuras a Cotistas ou abrir crédito sob qualquer modalidade;

III. contrair ou efetuar empréstimo;

IV. prestar fiança, aval, bem como aceitar ou coobrigar-se sob qualquer forma nas operações praticadas pelo **Fundo**;

V. aplicar, no exterior, os recursos captados no país;

VI. aplicar recursos na aquisição de Cotas do próprio **Fundo**;

VII. vender à prestação Cotas do **Fundo**, admitida a divisão da emissão em séries e integralização via chamada de capital;

VIII. prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;

IX. ressalvada a hipótese de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do disposto no artigo 34 da Instrução CVM 472, realizar operações do **Fundo** quando caracterizada situação de conflito de interesses entre o **Fundo** e a **Administradora**, entre o **Fundo** e o **Gestor**, entre o **Fundo** e o consultor de investimento, caso contratado, entre o **Fundo** e os Cotistas mencionados no §3º abaixo, entre o **Fundo** e o representante de Cotistas ou entre o **Fundo** e o empreendedor;

X. constituir ônus reais sobre os Bens Imóveis integrantes do patrimônio do **Fundo**, ressalvada a possibilidade de receber imóveis onerados anteriormente ao seu ingresso no patrimônio do **Fundo**;

XI. realizar operações com ativos financeiros ou modalidades operacionais não previstas na Instrução CVM 472;

XII. realizar operações com ações e outros valores mobiliários fora de mercados organizados autorizados pela CVM, ressalvadas as hipóteses de distribuições públicas, de exercício de direito de preferência e de conversão de debêntures em ações, de exercício de bônus de subscrição e nos casos em que a CVM tenha concedido prévia e expressa autorização;

XIII. realizar operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial e desde que a exposição seja sempre, no máximo, o valor do patrimônio líquido do **Fundo**; e

XIV. praticar qualquer ato de liberalidade.

§ 1º - A vedação prevista no inciso X do *caput* acima não impede a aquisição, pela **Administradora**, de Bens Imóveis sobre os quais tenham sido constituídos ônus reais anteriormente ao seu ingresso no patrimônio do **Fundo**.

§ 2º - O **Fundo** poderá emprestar ou tomar emprestados títulos e valores mobiliários, desde que tais operações de empréstimo sejam cursadas exclusivamente através de serviço autorizado pelo BACEN ou pela CVM ou usá-los para prestar garantias de operações próprias.

§ 3º - As disposições previstas no inciso IX acima serão aplicáveis somente aos Cotistas que detenham participação correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do patrimônio do **Fundo**.

§ 4º - É vedado, ainda, à **Administradora**:

I. receber, sob qualquer forma e em qualquer circunstância, vantagens ou benefícios de qualquer natureza, pagamentos, remunerações ou honorários relacionados às atividades ou investimentos do **Fundo**, aplicando-se esta vedação a seus sócios, administradores, empregados e sociedades a eles ligadas; e

II. valer-se de informação privilegiada para obter, para si ou para outrem, vantagem mediante compra ou venda das Cotas do **Fundo**.

CAPÍTULO XIII – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

Art. 25 - A **Administradora** receberá por seus serviços uma taxa de administração ("Taxa de Administração"): equivalente a 0,99% (zero vírgula noventa e nove por cento) ao ano à razão de 1/12 avos, calculada (i) sobre o valor contábil do patrimônio líquido do **Fundo**; ou (ii) caso as Cotas do **Fundo** tenham integrado ou passado a integrar, no período, índices de mercado, cuja metodologia preveja critérios de inclusão que considerem a liquidez das cotas e critérios de ponderação que considerem o volume financeiro das cotas emitidas pelo **Fundo**, como por exemplo, o IFIX, sobre o valor de mercado do **Fundo**, calculado com base na média diária da cotação de fechamento das cotas de emissão do **Fundo** no mês anterior ao do pagamento da remuneração ("Base de Cálculo da Taxa de Administração") e que deverá ser paga diretamente à **Administradora**, observado o valor mínimo mensal de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), atualizado anualmente segundo a variação do IGP-M, a partir do mês de funcionamento do **Fundo**.

§ 1º - A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente por período vencido e paga até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao mês em que os serviços forem prestados.

§ 2º - A remuneração do Gestor ("Taxa de Gestão") está englobada nos percentuais estabelecidos no Art. 25, e será calculada, provisionada e paga de acordo com o disposto neste Artigo e no Contrato de Gestão.

§ 3º - A Taxa de Gestão será provisionada diariamente, considerando apenas Dias Úteis, e paga mensalmente, no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Gestor.

§ 4º - A **Administradora** pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo **Fundo** aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

§ 5º - Além da remuneração que lhe é devida nos termos do caput, o **Gestor** fará jus a uma taxa de performance ("Taxa de Performance"), a qual será provisionada mensalmente e paga semestralmente, até o dia 15 (quinze) do 1º (primeiro) mês do semestre subsequente e, diretamente pelo **Fundo** ao **Gestor**, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Cotas, quando devida. A Taxa de Performance será o equivalente a 20% (vinte por cento) da valorização que exceder a cada semestre (incluindo o valor das Cotas e as distribuições realizadas) do IPCA somado ao Yield IMA-B, sendo este considerado a média ponderada, calculada diariamente, das taxas indicativas dos títulos que compõem o índice IMA-B de acordo com o peso dos títulos na composição do próprio índice, de acordo com as taxas diárias divulgadas pela ANBIMA. Conforme descrito acima, a Taxa de

Performance será calculada da seguinte forma:

$$\textbf{VT Performance} = 0{,}20 \times \{ [\textbf{Resultado}_{m-1}] - [\textbf{PL Base} * (1+\textbf{Taxa de Correção}_{x}^{m-1})] \}$$

Onde:

VT Performance = Valor da Taxa de Performance devida, apurada na data de apuração de performance;

Taxa de Correção$_x^{m-1}$ = Variação do IPCA somado ao Yield IMA-B do mês **x** definido abaixo ao mês **m-1** (mês anterior ao da provisão da Taxa de Performance) no período de apuração. Esta taxa não representa e nem deve ser considerada, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade ou de isenção de riscos para os Cotistas;

PL Base = Valor da integralização de Cotas do **Fundo**, já deduzidas as despesas da oferta no caso do primeiro período de apuração da Taxa de Performance de cada emissão de Cotas, ou patrimônio líquido contábil utilizado na apuração da última Taxa de Performance efetuada, para os períodos de apuração subsequentes;

Resultado$_{m-1}$ = conforme fórmula abaixo:

$$\textbf{Resultado}_{m-1} = [(\textbf{PL Contábil}_{m-1}) + (\textbf{Distribuições Corrigidas}_{m-1})]$$

Onde:

$$\text{Distribuições Corrigidas}_{\text{m}-1} : \sum_{i=x}^{m-1} \text{Rendimento}_{\text{i}} * (1 + \text{Taxa de Correção}_{i}^{m-1})$$

Onde:

PL Contábil$_{m-1}$ = patrimônio líquido contábil mensal do **Fundo** de **m-1** (mês anterior ao da provisão da Taxa de Performance);

Rendimento$_{m-1}$ = rendimento efetivamente distribuído do mês **i** (até **m-1** conforme definido na fórmula acima);

m-1 = mês anterior ao da apuração da Taxa de Performance;

i = mês de apuração do rendimento distribuído (até **m-1** conforme definido na fórmula acima);

x = mês de integralização de Cotas de uma emissão do Fundo, ou, mês de pagamento da última Taxa de Performance apurada.

§ 6º - Para o primeiro período de provisionamento da Taxa de Performance, o **PL Contábil$_{m-1}$** será o valor da integralização de Cotas do **Fundo**, já deduzidas as despesas da Oferta.

§ 7º - As datas de apuração da Taxa de Performance corresponderão sempre ao último dia dos meses de junho e dezembro.

§ 8º - Para os fins do cálculo de atualização do **PL Base** e distribuições de rendimentos: (a) cada contribuição dos Cotistas, a título de integralização de Cotas do **Fundo**, será considerada realizada ao final do mês-calendário no qual a integralização tenha sido efetuada; e (b) cada distribuição de resultados/amortização será considerada realizada ao final do mês-calendário no qual a distribuição/amortização foi paga, sendo que o valor a ser

considerado para fins de cálculo de Performance é o rendimento efetivamente distribuído ex performance.

§ 9º - É vedada a cobrança da Taxa de Performance quando o patrimônio líquido do **Fundo**, acrescido dos rendimentos do período, for inferior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada. Para fins de esclarecimento, como a Taxa de Performance levará em conta o patrimônio líquido contábil apurado pela **Administradora**, o **Fundo** poderá pagar a Taxa de Performance ao **Gestor** ainda que as Cotas estejam sendo negociadas em mercado de balcão organizado ou de bolsa de valores abaixo do valor contábil da cota na data do último pagamento da Taxa de Performance.

§ 10º - Caso sejam realizadas novas emissões de Cotas posteriormente à Primeira Emissão: (i) a Taxa de Performance será calculada separadamente para as tranches correspondentes a cada emissão de Cotas, respeitando o item (a) do §8º acima; (ii) a Taxa de Performance em cada data de apuração será o eventual resultado positivo entre a soma dos valores apurados para cada tranche; e (iii) após a cobrança da Taxa de Performance em determinado período, o **PL Base** de todas as possíveis tranches será atualizado para o patrimônio líquido contábil utilizado na última cobrança de Taxa de Performance efetuada.

§ 11º - A Taxa de Performance será cobrada após a dedução de todas as despesas do **Fundo**, inclusive da Taxa de Administração, podendo incluir na base do cálculo os valores recebidos pelos Cotistas a título de amortização ou de rendimentos.

CAPÍTULO XIV – DA SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

Art. 26 - A **Administradora** será substituída nos casos de renúncia ou destituição por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

§ 1º - Nas hipóteses de renúncia ficará a **Administradora** obrigada a:

I. convocar imediatamente a Assembleia Geral de Cotistas para eleger seu sucessor ou deliberar sobre a liquidação do **Fundo**, a qual deverá ser efetuada pela **Administradora**, ainda que após sua renúncia; e

II. permanecer no exercício de suas funções até ser averbada, no cartório de registro de imóveis nas matrículas referentes aos bens imóveis e direitos integrantes do patrimônio do **Fundo**, se aplicável, a ata da Assembleia Geral de Cotistas que eleger seu substituto e sucessor na propriedade fiduciária desses bens e direitos, devidamente aprovada pela CVM e registrada em Cartório de Títulos e Documentos.

§ 2º - É facultada aos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas emitidas a convocação da Assembleia Geral de Cotistas, caso a **Administradora** não convoque a assembleia de que trata o § 1º, inciso I, no prazo de 10 (dez) dias contados de sua renúncia.

§ 3º - No caso de liquidação extrajudicial da **Administradora**, cabe ao liquidante designado pelo BACEN, sem prejuízo do disposto neste Regulamento, convocar a Assembleia Geral de Cotistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de publicação no Diário Oficial da União do ato que decretar a liquidação extrajudicial, a fim de deliberar sobre a eleição de novo administrador e a liquidação ou não do **Fundo**.

§ 4º - Cabe ao liquidante praticar todos os atos necessários à gestão regular do patrimônio do **Fundo**, até ser procedida a averbação referida no § 1º, inciso II.

§ 5º - Aplica-se o disposto no §1º, inciso II, mesmo quando a Assembleia Geral de Cotistas deliberar a liquidação do **Fundo** em consequência da renúncia, da destituição ou da liquidação extrajudicial do administrador, cabendo à Assembleia Geral de Cotistas, nestes casos, eleger novo administrador para processar a liquidação do **Fundo**.

§ 6º - Se a Assembleia Geral de Cotistas não eleger novo administrador no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da publicação no Diário Oficial do ato que decretar a liquidação extrajudicial, o BACEN nomeará uma instituição para processar a liquidação do **Fundo**.

§ 7º - Nas hipóteses referidas no caput, bem como na sujeição ao regime de liquidação judicial ou extrajudicial, a ata da Assembleia Geral de Cotistas que eleger novo administrador constitui documento hábil para averbação, no Cartório de Registro de Imóveis, da sucessão da propriedade fiduciária dos bens imóveis que eventualmente integrem o patrimônio do **Fundo**. A sucessão da propriedade fiduciária de bem imóvel integrante de patrimônio de FII não constitui transferência de propriedade.

§ 8º - A Assembleia Geral de Cotistas que destituir a **Administradora** deverá, no mesmo ato, eleger seu substituto ou deliberar quanto à liquidação do **Fundo**.

Art. 27 - Caso a **Administradora** renuncie às suas funções ou entre em processo de liquidação judicial ou extrajudicial, correrão por sua conta os emolumentos e demais despesas relativas à transferência, ao seu sucessor, dos direitos integrantes do patrimônio do **Fundo**.

CAPÍTULO XV – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 28 - A **Administradora** prestará aos Cotistas as seguintes informações periódicas sobre o **Fundo**:

I. mensalmente, até 15 (quinze) dias após o encerramento do mês, o formulário eletrônico cujo conteúdo reflete o Anexo 39-I da Instrução CVM 472;

II. trimestralmente, até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento de cada trimestre, o formulário eletrônico cujo conteúdo reflete o Anexo 39-II da Instrução CVM 472;

III. anualmente, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício: (a) as demonstrações financeiras; (b) o relatório do auditor independente; e (c) o formulário eletrônico cujo conteúdo reflete o Anexo 39-V da Instrução CVM 472;

IV. anualmente, tão logo receba, o relatório do representante de Cotistas;

V. até 8 (oito) dias após sua ocorrência, a ata da assembleia geral ordinária; e

VI. no mesmo dia de sua realização, o sumário das decisões tomadas na assembleia geral ordinária.

§ 1º - Os pedidos de registro de distribuições públicas de novas Cotas deverão ser acompanhados do formulário eletrônico cujo conteúdo reflete o Anexo 39-V da Instrução CVM 472, atualizado pela **Administradora** na data do referido pedido de registro.

§ 2º - A **Administradora** deverá, ainda, manter sempre disponível em sua página na rede mundial de computadores o Regulamento do **Fundo**, em sua versão vigente e atualizada.

Art. 29 - A **Administradora** deve disponibilizar aos Cotistas os seguintes documentos, relativos a informações eventuais sobre o **Fundo**:

I. edital de convocação, proposta da administração e outros documentos relativos a assembleias gerais extraordinárias, no mesmo dia de sua convocação;

II. até 8 (oito) dias após sua ocorrência, a ata da assembleia geral extraordinária;

III. fatos relevantes;

IV. até 30 (trinta) dias a contar da conclusão do negócio, a avaliação relativa aos imóveis, bens e direitos de uso adquiridos pelo **Fundo**, nos termos do artigo 45, § 4º, da Instrução CVM 472, e com exceção das informações mencionadas no item 7 do Anexo 12 da Instrução CVM 472, quando estiverem protegidas por sigilo ou se prejudicarem a estratégia do **Fundo**;

V. no mesmo dia de sua realização, o sumário das decisões tomadas na assembleia geral extraordinária; e

VI. em até 2 (dois) dias, os relatórios e pareceres encaminhados pelo representante de Cotistas, com exceção daquele mencionado no inciso IV do Art. 28 deste Regulamento.

§ 1º - Considera-se relevante, para os efeitos do inciso (III) deste Artigo, qualquer deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ou da **Administradora**, ou qualquer outro ato ou fato que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação das Cotas ou de valores mobiliários a elas referenciados; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter as Cotas; e (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular Cotas ou de valores mobiliários a elas referenciados.

§ 2º - A divulgação das informações referidas acima deve ser feita na página da **Administradora** na rede mundial de computadores, em lugar de destaque e disponível para acesso gratuito, e mantida disponível ao cotista em sua sede.

§ 3º - A **Administradora** deverá, ainda, simultaneamente à publicação referida no parágrafo anterior, enviar as informações referidas neste Capítulo à entidade administradora do mercado organizado em que as Cotas do **Fundo** sejam admitidas à negociação, bem como à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

Art. 30 - Para fins do disposto neste Regulamento, considerar-se-á o correio eletrônico uma forma de correspondência válida entre a **Administradora** e os Cotistas e a CVM, inclusive para o envio de informações e documentos previstos neste Capítulo, bem como para a convocação de Assembleia Geral de Cotistas e procedimentos de consulta formal.

Art. 31 - A **Administradora** deve manter em sua página na rede mundial de computadores, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados de sua divulgação, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações, periódicas ou eventuais, exigidos pela Instrução CVM 472, bem como indicação dos endereços físicos e eletrônicos em que podem ser obtidas as informações e documentos relativos ao **Fundo**.

Parágrafo Único – A **Administradora** deve manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, toda a correspondência, interna e externa, todos os relatórios e pareceres relacionados com o exercício de suas atividades.

Art. 32 - Compete ao Cotista manter a **Administradora** atualizada a respeito de qualquer alteração que ocorrer em suas informações de cadastro ou no seu endereço eletrônico previamente indicado, isentando a **Administradora** de qualquer responsabilidade decorrente da falha de comunicação com o Cotista, ou ainda, da impossibilidade de pagamento de rendimentos do **Fundo**, em virtude de informações de cadastro desatualizadas.

Art. 33 - Nos termos do artigo 15, inciso XXII, da Instrução CVM 472, a **Administradora** se compromete a informar, mediante a publicação de fato relevante, qualquer evento que acarrete a alteração no tratamento tributário aplicável ao

Fundo e/ou aos seus Cotistas, incluindo, mas não se limitando, as seguintes hipóteses: (i) na hipótese do investimento do **Fundo** deixe de ser passível da isenção prevista nos termos do artigo 3º, parágrafo único, da Lei 11.033/04, caso a quantidade de Cotistas se torne inferior a 50 (cinquenta); e (ii) caso as Cotas deixem de ser negociadas em mercado de bolsa.

Parágrafo Único – O tratamento tributário do **Fundo** pode ser alterado a qualquer tempo, independentemente de quaisquer medidas que a **Administradora** adote ou possa adotar, em caso de alteração na legislação tributária vigente.

CAPÍTULO XVI – DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Art. 34 - Compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas deliberar sobre:

I. demonstrações financeiras apresentadas pela **Administradora**;

II. alteração deste Regulamento, ressalvado o disposto no artigo 17-A da Instrução CVM 472;

III. destituição ou substituição da **Administradora** e escolha de seu substituto;

IV. emissão de novas Cotas, observado o disposto no Art. 12 deste Regulamento;

V. fusão, incorporação, cisão e transformação do **Fundo**;

VI. dissolução e liquidação do **Fundo**, naquilo que não estiver disciplinado neste Regulamento;

VII. eleição e destituição de representante dos Cotistas, fixação de sua remuneração, se houver, e aprovação do valor máximo das despesas que poderão ser incorridas no exercício de suas atividades, caso aplicável;

VIII. apreciação do laudo de avaliação de bens e direitos utilizados na integralização de Cotas do **Fundo**, se aplicável;

IX. alteração do prazo de duração do **Fundo**;

X. aprovação dos atos que configurem potencial conflito de interesses nos termos dos artigos 31-A, § 2º, 34 e 35, inciso IX, da Instrução CVM 472;

XI. alteração da Taxa de Administração nos termos do artigo 36 da Instrução CVM 472;

XII. destituição ou substituição do **Gestor**; e

XIII. alteração da Taxa de Performance.

§ 1º - A Assembleia Geral de Cotistas que examinar e deliberar sobre as matérias previstas no inciso I do *caput* deste Art. 34 deverá ser realizada, anualmente, até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social e poderá incluir, cumulativamente, a deliberação a respeito de outras matérias, desde que incluídas na ordem do dia.

§ 2º - A Assembleia Geral de Cotistas referida no §1º acima somente pode ser realizada no mínimo 30 (trinta) dias após estarem disponíveis aos Cotistas as demonstrações contábeis auditadas relativas ao exercício encerrado.

§ 3º - A Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas poderá dispensar a observância do prazo estabelecido no parágrafo anterior, desde que o faça por unanimidade.

§ 4º - O Regulamento poderá ser alterado, independentemente de qualquer aprovação, sempre que tal alteração decorra, exclusivamente, da necessidade de atender exigências legais ou regulamentares da CVM, de entidade administradora de mercados organizados onde as Cotas do **Fundo** sejam admitidas à negociação, ou de entidade autorreguladora, nos termos da legislação aplicável e de convênio com a CVM, bem como em virtude da atualização dos dados cadastrais da **Administradora** ou dos prestadores de serviços do **Fundo** e, ainda, envolver redução das taxas de administração, de custódia ou de performance, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a comunicação aos Cotistas.

Art. 35 - Compete à **Administradora** convocar a Assembleia Geral de Cotistas, respeitados os seguintes prazos:

I. no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência no caso das assembleias gerais ordinárias; e

II. no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, no caso das assembleias gerais extraordinárias.

§ 1º - A Assembleia Geral de Cotistas poderá também ser convocada diretamente por Cotista ou grupo de Cotistas que detenha, no mínimo 5% (cinco por cento) das Cotas emitidas pelo **Fundo** ou pelo representante dos Cotistas, observado o disposto no presente Regulamento.

§ 2º - A convocação por iniciativa dos Cotistas ou do representante de Cotistas será dirigida à **Administradora**, que deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, realizar a convocação da Assembleia Geral de Cotistas às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral de Cotistas assim convocada deliberar em contrário.

Art. 36 - A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deverá ser disponibilizada na página da **Administradora** na rede mundial de computadores e deve ser feita a cada Cotista podendo, para esse fim, ser utilizado qualquer meio de comunicação cuja comprovação de recebimento pelo Cotista seja possível, e desde que o fim pretendido seja atingido, tais como envio de correspondência com aviso de recebimento ou e-mail, e, ainda, uso de plataformas eletrônicas, conforme procedimentos descritos nos Ofícios Circulares divulgados pela B3, observadas as seguintes disposições:

I. da convocação constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas;

II. a convocação de Assembleia Geral de Cotistas deverá enumerar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da assembleia; e

III. o aviso de convocação deve indicar o local onde o cotista pode examinar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da assembleia.

§ 1º - A Assembleia Geral de Cotistas se instalará com a presença de qualquer número de Cotistas.

§ 2º - A **Administradora** deve colocar, na mesma data da convocação, todas as informações e documentos necessários ao exercício informado do direito de voto:

I. em sua página na rede mundial de computadores, na data de convocação da Assembleia Geral de Cotistas;

II. no Sistema de Envio de Documentos, disponível na página da CVM na rede mundial de computadores; e

III. na página da entidade administradora do mercado organizado em que as Cotas do **Fundo** estejam

admitidas à negociação.

§ 3º - Por ocasião da assembleia geral ordinária do **Fundo**, os Cotistas que detenham, no mínimo, 3% (três por cento) das Cotas emitidas do **Fundo** ou o(s) representante(s) de Cotistas podem solicitar, por meio de requerimento escrito encaminhado à **Administradora**, a inclusão de matérias na ordem do dia da assembleia geral ordinária, que passará a ser assembleia geral ordinária e extraordinária.

§ 4º - O pedido de que trata o § 3º acima deve vir acompanhado de todos os documentos necessários ao exercício do direito de voto, inclusive aqueles mencionados no § 2º do artigo 19-A da Instrução CVM 472, e deve ser encaminhado em até 10 (dez) dias contados da data de convocação da assembleia geral ordinária.

§ 5º - Para fins das convocações das Assembleia Geral de Cotistas e dos percentuais previstos no Art. 35, §1º, no Art. 36, §3º, e no Art. 40, §2º, deste Regulamento, será considerado pela **Administradora** os Cotistas inscritos no registro de Cotistas na data de convocação da Assembleia Geral de Cotistas.

Art. 37 - A presença da totalidade dos Cotistas supre a falta de convocação.

Art. 38 - Todas as decisões em Assembleia Geral de Cotistas deverão ser tomadas por votos dos Cotistas que representem a Maioria Simples das Cotas dos presentes, correspondendo a cada cota um voto, não se computando os votos em branco, excetuadas as hipóteses de quórum qualificado previstas neste Regulamento.

§ 1º - Dependem da aprovação por Maioria Simples dos presentes e, cumulativamente, de Cotistas que representem, necessariamente: (a) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas emitidas pelo **Fundo**, caso este tenha mais de 100 (cem) Cotistas; ou (b) no mínimo metade das Cotas emitidas pelo **Fundo,** caso este tenha até 100 (cem) Cotistas ("Quórum Qualificado"), as deliberações relativas às seguintes matérias:

(i) alteração deste Regulamento;

(ii) destituição ou substituição da **Administradora** e escolha de seu substituto;

(iii) fusão, incorporação, cisão ou transformação do **Fundo**;

(iv) dissolução e liquidação do **Fundo**, desde que não prevista e disciplinada neste Regulamento, incluindo a hipótese de deliberação de alienação dos ativos do **Fundo** que tenham por finalidade a liquidação do **Fundo**;

(v) apreciação de laudos de avaliação de ativos utilizados para integralização de Cotas do **Fundo**;

(vi) deliberação sobre os atos que caracterizem conflito de interesse entre o **Fundo** e a **Administradora**, entre o **Fundo** e o Gestor, entre o **Fundo** e os Cotistas mencionados no §3º do artigo 35 da Instrução CVM 472, entre o **Fundo** e o representante de Cotistas ou entre o **Fundo** e o empreendedor; e

(vii) alteração da taxa de administração do Fundo, observados os termos da regulamentação aplicável.

§ 2º - Cabe à **Administradora** informar no edital de convocação qual será o percentual aplicável nas Assembleias Gerais de Cotistas que tratem das matérias sujeitas ao Quórum Qualificado.

Art. 39 - Somente poderão votar na Assembleia Geral os Cotistas inscritos no registro de Cotistas na data da convocação da Assembleia Geral de Cotistas.

§ 1º - Têm qualidade para comparecer à Assembleia Geral de Cotistas os representantes legais dos Cotistas ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

§ 2º - Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, observado o disposto neste Regulamento, nos termos do que for disciplinado na convocação, observando-se sempre que a referida comunicação somente será considerada recebida pela **Administradora** até o início da respectiva Assembleia Geral de Cotistas.

Art. 40 - A **Administradora** poderá encaminhar aos Cotistas pedido de procuração, mediante correspondência, física ou eletrônica, ou anúncio publicado.

§ 1º - O pedido de procuração deverá satisfazer aos seguintes requisitos: (a) conter todos os elementos informativos necessários ao exercício do voto pedido; (b) facultar ao Cotista o exercício de voto contrário, por meio da mesma procuração, ou com indicação de outro procurador para o exercício deste voto; e (c) ser dirigido a todos os Cotistas.

§ 2º - É facultado a Cotistas que detenham, conjunta ou isoladamente, 0,5% (meio por cento) ou mais do total de Cotas emitidas pelo **Fundo** solicitar à **Administradora** o envio do pedido de procuração de que trata o artigo 23 da Instrução CVM 472 aos demais Cotistas do **Fundo**, desde que tal pedido contenha todos os elementos informativos necessários ao exercício do voto pedido, bem como: (a) reconhecimento da firma do Cotista signatário do pedido; e (b) cópia dos documentos que comprovem que o signatário tem poderes para representar os Cotistas solicitantes, quando o pedido for assinado por representantes.

§ 3º - A **Administradora** deverá encaminhar aos demais Cotistas o pedido para outorga de procuração em nome do Cotista solicitante em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da solicitação.

§ 4º - Os custos incorridos com o envio do pedido de procuração pela **Administradora**, em nome dos Cotistas, serão arcados pelo **Fundo**.

Art. 41 - As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas poderão ser tomadas mediante procedimento de consulta formal, sem a necessidade de reunião de Cotistas, preferencialmente formalizado por correio eletrônico (e-mail) ou ainda carta ou outra forma de comunicação escrita dirigida pela **Administradora** a cada Cotista, conforme dados de contato contidos no boletim de subscrição ou em documento de aceitação ou, se alterado, conforme informado em documento posterior firmado pelo Cotista e encaminhado à **Administradora**, cuja resposta deverá ser enviada em prazo a ser estipulado na consulta formal, observados os prazos mínimos aplicáveis às convocações previstos no Art. 35 deste Regulamento, desde que observadas as formalidades previstas nos artigos 19, 19-A e 41, I e II, da Instrução CVM 472.

§ 1º - Da consulta deverão constar todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

§ 2º - Não podem votar nas Assembleia Geral de Cotistas do **Fundo**:

I. sua **Administradora** ou o **Gestor**;

II. os sócios, diretores e funcionários da **Administradora** ou do **Gestor**;

III. empresas ligadas à **Administradora** ou ao **Gestor**, seus sócios, diretores e funcionários;

IV. os prestadores de serviços do **Fundo**, seus sócios, diretores e funcionários; e

V. o Cotista cujo interesse seja conflitante com o do **Fundo**.

§ 3º - A verificação do inciso V do §2º acima cabe exclusivamente ao Cotista, cabendo à CVM a fiscalização.

§ 4º - Não se aplica a vedação prevista no §2º acima quando:

I. os únicos Cotistas do **Fundo** forem as pessoas mencionadas nos incisos I a V; ou

II. houver aquiescência expressa da maioria dos demais Cotistas, manifestada na própria Assembleia Geral de Cotistas, ou em instrumento de procuração que se refira especificamente à assembleia em que se dará a permissão de voto.

CAPÍTULO XVII – DO REPRESENTANTE DOS COTISTAS

Art. 42 - O **Fundo** poderá ter 1 (um) representante dos Cotistas, a ser eleito e nomeado pela Assembleia Geral de Cotistas, com prazo de mandato de 1 (um) ano, observado o prazo do §3º abaixo, para exercer as funções de fiscalização dos empreendimentos ou investimentos do **Fundo**, em defesa dos direitos e interesses dos Cotistas, observados os seguintes requisitos:

I. ser cotista do **Fundo**;

II. não exercer cargo ou função de administradora ou de controlador da **Administradora**, em sociedades por ela diretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum, ou prestar-lhes assessoria de qualquer natureza;

III. não ser administrador, gestor ou consultor especializado de outros fundos de investimento imobiliário;

IV. não estar em conflito de interesses com o **Fundo**; e

V. não estar impedido por lei especial ou ter sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; nem ter sido condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM.

§ 1º - Compete ao representante dos Cotistas já eleito informar à **Administradora** e aos Cotistas do **Fundo** a superveniência de circunstâncias que possam impedi-lo de exercer a sua função.

§ 2º - A eleição do representante dos Cotistas pode ser aprovada pela Maioria Simples dos Cotistas presentes na Assembleia Geral de Cotistas e que, cumulativamente, representem, no mínimo:

I. 3% (três por cento) do total de Cotas emitidas do **Fundo**, quando o **Fundo** tiver mais de 100 (cem) Cotistas; ou

II. 5% (cinco por cento) do total de Cotas emitidas do **Fundo**, quando o **Fundo** tiver até 100 (cem) Cotistas.

§ 3º - O representante dos Cotistas deverá ser eleito com prazo de mandato unificado, a se encerrar na próxima assembleia geral ordinária do **Fundo**, permitida a reeleição.

§ 4º - A função de representante dos Cotistas é indelegável.

§ 5º - Sempre que a Assembleia Geral de Cotistas do **Fundo** for convocada para eleger representante dos Cotistas, devem ser disponibilizados nos termos do Art. 36, §4º, deste Regulamento as seguintes informações sobre o(s) candidato(s):

I. declaração dos candidatos de que atendem os requisitos previstos no artigo 26 da Instrução CVM 472;

II. as informações exigidas no artigo 12.1 do Anexo 39-V da Instrução CVM 472; e

III. nome, idade, profissão, CPF, e-mail, formação acadêmica, quantidade de Cotas do **Fundo** que detém, principais experiências profissionais nos últimos 5 (cinco) anos, relação de outros fundos de investimento imobiliário em que exerce a função de representante de cotista e a data de eleição e de término do mandato, descrição de eventual condenação criminal e em processo administrativo da CVM e as respectivas penas aplicadas, nos termos do item 12.1 do Anexo 39-V da Instrução CVM 472.

Art. 43 - Compete ao representante dos Cotistas, exclusivamente:

I. fiscalizar os atos da **Administradora** e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e regulamentares;

II. emitir formalmente opinião sobre as propostas da **Administradora**, a serem submetidas à Assembleia Geral de Cotistas, relativas à emissão de novas Cotas, transformação, incorporação, fusão ou cisão do **Fundo**;

III. denunciar à **Administradora** e, se esta não tomar as providências necessárias para a proteção dos interesses do **Fundo**, à Assembleia Geral de Cotistas, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis ao **Fundo**;

IV. analisar, ao menos trimestralmente, as informações financeiras elaboradas periodicamente pelo **Fundo**;

V. examinar as demonstrações financeiras do **Fundo** do exercício social e sobre elas opinar;

VI. elaborar relatório que contenha, no mínimo: (a) descrição das atividades desempenhadas no exercício findo; (b) indicação da quantidade de Cotas de emissão do **Fundo** detida por cada um dos representantes dos Cotistas; (c) despesas incorridas no exercício de suas atividades; e (d) opinião sobre as demonstrações financeiras do **Fundo** e o formulário cujo conteúdo reflita o Anexo 39-V da Instrução CVM 472, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;

VII. exercer essas atribuições durante a liquidação do **Fundo**; e

VIII. fornecer à **Administradora** em tempo hábil todas as informações que forem necessárias para o preenchimento do item 12.1 do Anexo 39-V da Instrução CVM 472.

§ 1º - A **Administradora** é obrigada, por meio de comunicação por escrito, a colocar à disposição do representante dos Cotistas, em no máximo, 90 (noventa dias) dias a contar do encerramento do exercício social, as demonstrações financeiras e o formulário de que trata a alínea "d" do inciso VI do *caput* deste Art. 43.

§ 2º - O representante dos Cotistas pode solicitar à **Administradora** esclarecimentos ou informações, desde que relativas à sua função fiscalizadora.

§ 3º - Os pareceres e opiniões do representante dos Cotistas deverão ser encaminhados à **Administradora** no prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento das demonstrações financeiras de que trata a alínea "d" do inciso VI do *caput* deste Art. 43 e, tão logo concluídos, no caso dos demais documentos para que a **Administradora** proceda à divulgação nos termos dos artigos 40 e 42 da Instrução CVM 472.

Art. 44 - O representante dos Cotistas deve comparecer às Assembleias Gerais de Cotistas do **Fundo** e responder aos pedidos de informações formulados pelos Cotistas.

Parágrafo Único – Os pareceres e representações do representante dos Cotistas podem ser apresentados e lidos na Assembleia Geral de Cotistas do **Fundo**, independentemente de publicação e ainda que a matéria não conste da ordem do dia.

Art. 45 - O representante dos Cotistas tem os mesmos deveres da **Administradora** nos termos do artigo 33 da Instrução CVM 472.

Art. 46 - O representante dos Cotistas deve exercer suas funções no exclusivo interesse do **Fundo**.

CAPÍTULO XVIII – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 47 - O **Fundo** terá escrituração contábil própria, destacada daquela relativa à **Administradora**, encerrando o seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao período findo.

Art. 48 - As demonstrações financeiras do **Fundo** obedecerão às normas contábeis específicas expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

§ 1º - Os trabalhos de auditoria compreenderão, além do exame da exatidão contábil e conferência dos valores integrantes do ativo e passivo do **Fundo**, a verificação do cumprimento das disposições legais e regulamentares por parte da **Administradora**.

§ 2º - Para efeito contábil, será considerado como valor patrimonial das Cotas o quociente entre o valor do patrimônio líquido contábil atualizado do **Fundo** e o número de Cotas emitidas.

Art. 49 - A apuração do valor contábil da carteira de investimentos do **Fundo** deverá ser procedida de acordo com um dos critérios previstos abaixo.

Parágrafo Único – Os Ativos Imobiliários e os Ativos de Liquidez integrantes da carteira do **Fundo** que sejam títulos privados serão avaliados a preços de mercado, de acordo com o manual de marcação a mercado da **Administradora**, de maneira a refletir qualquer desvalorização ou compatibilizar seu valor ao de transações realizadas por terceiros.

Art. 50 - O **Fundo** estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras editadas pela CVM.

CAPÍTULO XIX – DOS ENCARGOS DO FUNDO

Art. 51 - Constituem encargos do **Fundo** as seguintes despesas, que lhe serão debitadas pela **Administradora**:

I. a Taxa de Administração, incluindo a Taxa de Gestão e demais componentes da Taxa de Adminitração, e a Taxa de Performance

II. taxas, impostos, ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **Fundo**;

III. gastos com correspondência, impressão, expedição e publicação de relatórios e outros expedientes de interesse do **Fundo** e dos Cotistas, inclusive comunicações aos Cotistas previstas neste Regulamento e na regulamentação pertinente;

IV. gastos com a distribuição primária de Cotas, bem como com seu registro para negociação em mercado

organizado de valores mobiliários, observado o §2º abaixo;

V. honorários e despesas do auditor independente encarregado da auditoria das demonstrações financeiras do **Fundo**;

VI. comissões e emolumentos, pagos sobre as operações do **Fundo**, incluindo despesas relativas à compra, venda, locação ou arrendamento dos imóveis que componham seu patrimônio;

VII. honorários de advogados, custas e despesas correlatas, incorridas na defesa dos interesses do **Fundo**, judicial ou extrajudicialmente, inclusive o valor de condenação que lhe seja eventualmente imposta;

VIII. honorários e despesas relacionados às atividades previstas nos incisos II e III do Art. 17 deste Regulamento;

IX. gastos derivados da celebração de contratos de seguro sobre os ativos do **Fundo**, bem como a parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro, desde que não decorra diretamente de culpa ou dolo da **Administradora** no exercício de suas funções;

X. gastos inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do **Fundo** e à realização de Assembleia Geral de Cotistas;

XI. a taxa de custódia de títulos e valores mobiliários do **Fundo**;

XII. gastos decorrentes de avaliações que sejam obrigatórias;

XIII. gastos necessários à manutenção, conservação e reparos de imóveis eventualmente integrantes do patrimônio do **Fundo**;

XIV. taxas de ingresso e saída dos fundos de que o **Fundo** seja cotista, se for o caso;

XV. despesas com o registro de documentos em cartório; e

XVI. honorários e despesas relacionadas às atividades previstas no Capítulo XVII acima.

§ 1º - Correrão por conta da **Administradora** quaisquer despesas não previstas neste Artigo.

§ 2º - Não obstante o previsto no inciso IV do *caput* acima, conforme faculta o artigo 47, §4º, da Instrução CVM 472, os gastos com a distribuição primária de Cotas, bem como com seu registro para negociação em mercado organizado de valores mobiliários, poderão ser arcados pelos subscritores das novas Cotas, caso assim deliberado quando da aprovação de cada emissão subsequente de Cotas do **Fundo**.

CAPÍTULO XX – DOS CONFLITOS DE INTERESSE

Art. 52 - Os atos que caracterizem conflito de interesses entre o **Fundo** e a **Administradora**, **Gestor**, consultor especializado e/ou Cotistas que detenham participação correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do patrimônio do **Fundo** dependem de aprovação prévia, específica e informada da Assembleia Geral de Cotistas. As seguintes hipóteses são exemplos de situação de conflito de interesses:

I. a contratação, pelo **Fundo**, de Pessoas Ligadas à **Administradora** ou ao **Gestor**, para prestação dos serviços referidos no Art. 17 deste Regulamento, exceto o de primeira distribuição de Cotas do **Fundo**;

II. a aquisição, locação, arrendamento ou exploração do direito de superfície, pelo **Fundo**, de imóvel de

propriedade da **Administradora**, **Gestor**, consultor especializado ou de pessoas a eles ligadas;

III. a alienação, locação ou arrendamento ou exploração do direito de superfície de imóvel integrante do patrimônio do **Fundo** tendo como contraparte a **Administradora**, o **Gestor**, consultor especializado ou pessoas a eles ligadas;

IV. a aquisição, pelo **Fundo**, de imóvel de propriedade de devedores da **Administradora**, do **Gestor** ou consultor especializado uma vez caracterizada a inadimplência do devedor; e

V. a aquisição, pelo **Fundo**, de valores mobiliários de emissão da **Administradora**, do **Gestor**, do consultor especializado ou Pessoas Ligadas, ainda que para as finalidades mencionadas no Art. 4º deste Regulamento.

CAPÍTULO XXI – DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PARCIAL DE COTAS

Art. 53 - No caso de dissolução ou liquidação do **Fundo**, o patrimônio do **Fundo** será partilhado aos Cotistas na proporção de suas Cotas, após o pagamento de todas as dívidas e despesas do **Fundo**.

Art. 54 - Na hipótese de liquidação do **Fundo**, o auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações financeiras auditadas e a data da efetiva liquidação do **Fundo**.

Parágrafo Único – Deverá constar das notas explicativas às demonstrações financeiras do **Fundo** análise quanto a terem os valores dos resgates sido ou não efetuados em condições equitativas e de acordo com a regulamentação pertinente, bem como quanto à existência ou não de débitos, créditos, ativos ou passivos não contabilizados.

Art. 55 - Após a partilha do ativo, a **Administradora** deverá promover o cancelamento do registro do **Fundo**, mediante o encaminhamento à CVM da seguinte documentação:

I. no prazo de 15 (quinze) dias:

(a) o termo de encerramento firmado pela **Administradora** em caso de pagamento integral aos Cotistas, ou a ata da Assembleia Geral de Cotistas que tenha deliberado a liquidação do **Fundo**, quando for o caso; e

(b) o comprovante da entrada do pedido de baixa de registro no CNPJ.

II. no prazo de 90 (noventa) dias, a demonstração de movimentação de patrimônio do **Fundo** acompanhada do parecer do auditor independente.

Art. 56 - No caso de dissolução ou liquidação, o patrimônio do **Fundo** será partilhado aos Cotistas, após sua alienação, na proporção de suas Cotas, depois de pagas todas as dívidas, obrigações e despesas do **Fundo**.

§ 1º - Para todos os fins, a dissolução e a liquidação do **Fundo** obedecerão às disposições da Instrução CVM 472 e, no que couber, da Instrução CVM 555.

§ 2º - Em caso de liquidação do **Fundo**, não sendo possível a alienação, os próprios ativos serão entregues aos Cotistas na proporção da participação de cada um deles.

§ 3º - Na hipótese de a **Administradora** encontrar dificuldades ou impossibilidade de fracionamento dos ativos que compõem a carteira do **Fundo**, tais ativos serão dados em pagamento aos Cotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida

por cada Cotista sobre o valor total das Cotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, a **Administradora** e o **Gestor** estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando a **Administradora** autorizada a liquidar o **Fundo** perante as autoridades competentes. Na hipótese prevista neste parágrafo, serão, ainda, observados os seguintes procedimentos:

I. a **Administradora** deverá notificar os Cotistas na forma estabelecida neste Regulamento, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio, na forma do artigo 1.323 do Código Civil, informando a proporção de ativos a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer isenção de responsabilidade da **Administradora** perante os Cotistas até a constituição do condomínio, que, uma vez eleito pelos Cotistas na forma do disposto no presente inciso, de maneira que tal condomínio não estará mais sujeito às normas editadas pela CVM para o funcionamento de fundos de investimento, mas sim às regras a ele pertinentes ao condomínio, previstas no Código Civil;

II. caso os Cotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data da notificação de que trata o inciso (i) acima, essa função será exercida pelo cotista que detenha o maior número de Cotas em circulação, desconsiderados, para tal fim, quaisquer Cotistas que não tiverem cumprido com a obrigação de integralização das Cotas subscritas; e

III. a **Administradora** e/ou empresa por esta contratada fará a guarda dos ativos integrantes da carteira do **Fundo** pelo prazo não prorrogável de 20 (vinte) dias, contados da notificação referida no inciso I acima, durante o qual o administrador do condomínio eleito pelos Cotistas indicará à **Administradora** data, hora e local para que seja feita a entrega dos títulos e valores mobiliários aos Cotistas. Expirado este prazo, a **Administradora** poderá promover a consignação dos títulos e valores mobiliários da carteira do **Fundo** na forma do artigo 334 do Código Civil.

Art. 57 - As Cotas poderão ser amortizadas, mediante (i) comunicação da **Administradora** aos Cotistas após recomendação nesse sentido pelo **Gestor**; ou (ii) deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, em qualquer caso proporcionalmente ao montante que o valor que cada cota representa relativamente ao patrimônio líquido do **Fundo**, sempre que houver desinvestimentos ou qualquer pagamento relativo aos ativos integrantes do patrimônio do **Fundo**.

Art. 58 - A amortização parcial das Cotas para redução do patrimônio do **Fundo** implicará na manutenção da quantidade de Cotas existentes por ocasião da venda do ativo, com a consequente redução do seu valor na proporção da diminuição do patrimônio representado pelo ativo alienado.

Art. 59 - Caso o **Fundo** efetue amortização de capital, os Cotistas deverão encaminhar cópia do [boletim de subscrição] ou as respectivas notas de negociação das Cotas do **Fundo** à **Administradora**, comprobatórios do custo de aquisição de suas Cotas. Os Cotistas que não apresentarem tais documentos terão o valor integral da amortização sujeito a tributação, conforme determinar a regra tributária para cada caso.

CAPÍTULO XXII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60 - Caso o **Fundo** venha a adquirir ou subscrever ativos que confiram aos seus titulares o direito de voto, o **Gestor** adotará, conforme previsto no Capítulo XI do Código ANBIMA, política de exercício de direito de voto em assembleias, que disciplinará os princípios gerais, o processo decisório e quais serão as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto ("Política de Voto"). A Política de Voto orientará as decisões do **Gestor** em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confiram aos seus titulares o direito de voto.

§ 1º - A Política de Voto adotada pelo **Gestor** pode ser obtida na página do **Gestor** na rede mundial de computadores, no seguinte endereço: https://www.suno.com.br/asset/politicas/.

§ 2º - O **Gestor** poderá alterar a sua Política de Voto, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, sem a necessidade de aprovação ou prévia comunicação aos Cotistas.

Art. 61 - O objetivo e a Política de Investimento do **Fundo** não constituem promessa de rentabilidade e o Cotista assume os riscos decorrentes do investimento no **Fundo**, ciente da possibilidade de eventuais perdas e eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no **Fundo**. A rentabilidade das Cotas não coincide com a rentabilidade dos Ativos Imobiliários e/ou aos Ativos de Liquidez que compõem a carteira em decorrência dos encargos do **Fundo**, dos tributos incidentes sobre os recursos investidos e da forma de apuração do valor dos ativos que compõem a carteira. As aplicações realizadas no **Fundo** não contam com a garantia da **Administradora**, do **Gestor**, de qualquer empresa pertencente ao seu conglomerado financeiro, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. A **Administradora** e o **Gestor** não poderão ser responsabilizados por qualquer resultado negativo na rentabilidade do **Fundo**, depreciação dos ativos integrantes da carteira, por eventuais prejuízos em caso de liquidação do **Fundo** ou resgate de Cotas com valor reduzido, sendo a **Administradora** e o **Gestor** responsáveis tão somente por perdas ou prejuízos resultantes de comprovado erro ou má-fé de sua parte, respectivamente. **A íntegra dos fatores de risco atualizados a que o Fundo e os Cotistas estão sujeitos encontra-se descrita no Informe Anual elaborado em conformidade com o Anexo 39-V da Instrução CVM 472, devendo os Cotistas e os potenciais investidores ler atentamente o referido documento.**

Art. 62 - Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste Regulamento.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2023

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

ANEXO I AO REGULAMENTO

DEFINIÇÕES

"Administradora"	**BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar (parte), Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 59.281.253/0001-23, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 8.695, de 20 de março de 2006.
"ANBIMA"	Significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
"Assembleia Geral de Cotistas"	Significa qualquer assembleia geral de Cotistas.
"Ações Imobiliárias"	Significam as ações de empresas emissoras registradas na CVM e cujas atividades preponderantes sejam permitidas aos FII, conforme Instrução CVM 472.
"Ativos Imobiliários"	Significam os seguintes ativos: (i) os Bens Imóveis; (ii) Ações Imobiliárias; (iii) Debêntures Imobiliárias; (iv) Participações em SPE Imobiliária; (v) cotas de fundos de investimento em participações constituídos sob a forma de condomínio fechado que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos fundos de investimento imobiliário, conforme Instrução CVM 472; (vi) cotas de fundos de investimento em ações que sejam setoriais e que invistam exclusivamente em construção civil ou no mercado imobiliário, conforme Instrução CVM 472; (vii) certificados de potencial adicional de construção emitidos com base na Instrução da CVM nº 401, de 29 de dezembro de 2003; (viii) cotas de outros fundos de investimento imobiliário; (ix) CRI, e desde que tenham sido objeto de oferta pública registrada na CVM ou cujo registro tenha sido dispensado, nos termos da regulamentação em vigor; (x) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio fechado, regidos nos termos da Instrução CVM 356, e que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos fundos de investimento imobiliário, conforme Instrução CVM 472, desde que tenham sido objeto de oferta pública registrada na CVM ou cujo registro tenha sido dispensado, nos termos da regulamentação do em vigor; (xi) letras hipotecárias; (xii) letras de crédito imobiliário; (xiii) letras imobiliárias garantidas; (xiv) bônus de subscrição, seus cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramentos, certificados de depósito de valores mobiliários, cédulas de debêntures, cotas de fundos de investimento, notas promissórias, e quaisquer outros valores mobiliários, desde que se trate de emissores registrados na CVM e cujas atividades preponderantes sejam permitidas aos fundos de investimento imobiliário, conforme Instrução CVM 472.

"Ativos de Liquidez"	Significam, quando mencionados em conjunto: (i) cotas de fundo de investimento de renda fixa, ou títulos de renda fixa, públicos ou privados, de liquidez compatível com as necessidades do Fundo, de acordo com as normas editadas pela CVM; (ii) títulos públicos federais e operações compromissadas com lastro nos papeis indicados no item "i"; (iii) certificados de depósito bancário emitidos por instituição financeira; (iv) derivativos, exclusivamente para fins de proteção patrimonial, cuja exposição seja sempre, no máximo, o valor do patrimônio líquido do **Fundo**; e (v) compromissadas em títulos privados em ativos mobiliários ou imobiliários.
"B3"	Significa a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
"Base de Cálculo da Taxa de Administração"	Tem o significado previsto Artigo 25, deste Regulamento.
"BACEN"	Banco Central do Brasil.
"Bens Imóveis"	Significam quaisquer direitos reais sobre imóveis.
"Capital Autorizado"	Significa o limite de R$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) de novas emissões das Cotas, que poderão ser emitidas sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.
"Código Anbima"	Significa o significa o Código de Administração de Recursos de Terceiros da ANBIMA.
"Código Civil"	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
"Contrato de Gestão"	Instrumento celebrado entre o **Fundo**, a **Administradora** e o **Gestor**, por meio do qual a **Administradora** contrata o **Gestor** para gerir a carteira do **Fundo**.
"CNPJ"	Significa o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
"Cotas"	As cotas de emissão do Fundo.
"CRI"	Os certificados recebíveis imobiliários emitidos na forma de títulos de crédito nominativos, escriturais e transferíveis, lastreados em créditos imobiliários, conforme previstos na forma da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.
"CVM"	Significa a Comissão de Valores Mobiliários.
"Dia Útil"	É considerado um dia útil qualquer dia, exceto (i) sábados, domingos ou feriados nacionais, no estado de São Paulo ou na cidade de São Paulo, e (ii) aqueles sem expediente na B3.
"Debêntures Imobiliárias"	Significam as debêntures emitidas por emissores devidamente autorizados nos termos da Instrução CVM 472, cujas atividades preponderantes sejam permitidas aos FII.
"FIDC"	Significam os fundos de investimento em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio fechado, regidos nos termos da Instrução CVM 356, e que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos FII, conforme Instrução CVM 472.

"FIDC-NP"	Fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados constituídos sob a forma de condomínio fechado, regidos nos termos da Instrução CVM 356.
"FII"	Fundos de investimento imobiliário, conforme Instrução CVM 472.
"FIP"	Fundos de investimento em participações constituídos sob a forma de condomínio fechado que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos FII, conforme Instrução CVM 472.
"Fundo"	**SUNO MULTIESTRATÉGIA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**.
"Gestor"	**SUNO GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 12.124, de 9 de janeiro de 2012, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre D, 15º andar, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ sob o nº 11.304.223/0001-69.
"Instrução CVM 356"	Instrução da CVM nº 356, de 17 de outubro de 2001.
"Instrução CVM 472"	Instrução da CVM nº 472, de 31 de outubro de 2008.
"Instrução CVM 555"	Instrução da CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014.
"Investidores Profissionais"	Tem o significado previsto no artigo 11, da Resolução CVM 30.
"Investidores Qualificados"	Tem o significado previsto no artigo 12, da Resolução CVM 30.
"IPCA"	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, medido mensalmente publicado de tempos em tempos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -– IBGE, ou outros índices que venham a substituí-lo de tempos em tempos.
"LCI"	Letras de crédito imobiliário.
"LH"	Letras hipotecárias.
"LIG"	Letras de crédito imobiliário.
"Lei 8.668/93"	Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993.
"Lei 9.779/99"	Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999.
"Lei 11.033/04"	Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.
"Maioria Simples"	Por maioria simples entende-se o voto dos Cotistas que representem a unidade imediatamente superior à metade das Cotas representadas na assembleia geral.
"**Outros Títulos Imobiliários"**	Significam bônus de subscrição, seus cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramentos, certificados de depósito de valores mobiliários, cédulas de debêntures, cotas de fundos de investimento, notas promissórias, e quaisquer outros valores mobiliários, desde que se trate de emissores registrados na CVM e cujas atividades preponderantes sejam permitidas aos FII, conforme Instrução CVM 472.
"Participações em SPE Imobiliária"	Significam as ações ou cotas de sociedades cujo único propósito se enquadre entre as atividades permitidas aos FII, conforme Instrução CVM

	472.
"Pessoas Ligadas"	Consideram-se pessoas ligadas: (i) a sociedade controladora ou sob controle da **Administradora**, do **Gestor**, de seus administradores e acionistas; (ii) a sociedade cujos administradores, no todo ou em parte, sejam os mesmos da **Administradora** ou do **Gestor**, com exceção dos cargos exercidos em órgãos colegiados previstos no estatuto ou regimento interno da **Administradora** ou do **Gestor**, desde que seus titulares não exerçam funções executivas, ouvida previamente a CVM; e (iii) parentes até 2º (segundo) grau das pessoas naturais referidas nos incisos acima.
"Política de Voto"	Tem o significado previsto no Art. 60 deste Regulamento.
"Primeira Emissão"	Primeira emissão de Cotas do Fundo definida no Art. 9º deste Regulamento.
"Quórum Qualificado"	Significa a aprovação por Maioria Simples dos presentes e, cumulativamente, de Cotistas que representem, necessariamente, (a) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas emitidas pelo **Fundo**, caso este tenha mais de 100 (cem) Cotistas; ou (b) no mínimo metade das Cotas emitidas pelo **Fundo,** caso este tenha até 100 (cem) Cotistas
"Regulamento"	Significa o presente regulamento do Fundo.
"Reserva de Contingência"	Reserva de contingência que poderá ser formada a critério exclusivo do **Gestor**, a qualquer momento, para arcar com as despesas extraordinárias do **Fundo** e/ou suprir inadimplências e/ou eventual deflação na correção de valores devidos ao **Fundo** se houver, sem prejuízo da possibilidade de utilização do caixa do **Fundo**. Os recursos da Reserva de Contingência serão aplicados em Ativos de Liquidez, e os rendimentos decorrentes desta aplicação poderão ser incorporados ao valor da Reserva de Contingência, sem prejuízo da distribuição mínima referida no artigo 10, Parágrafo Único, da Lei nº 8.668/93. Caso constituída, o valor da Reserva de Contingência que venha a ser constituída será correspondente a até 3% (três por cento) do valor total do patrimônio líquido do **Fundo**. Para a constituição ou recomposição da Reserva de Contingência, poderá ser procedida a retenção de até 5% (cinco por cento) do rendimento semestral apurado pelo critério de caixa, até que se atinja o limite acima previsto.
"Resolução CVM 11"	Resolução da CVM nº 11, de 18 de novembro de 2020.
"Resolução CVM 33"	Resolução da CVM nº 33, de 19 de maio de 2021.
"Resolução CVM 160"	Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022.
"Taxa de Administração"	Tem o significado previsto no Art. 25 deste Regulamento.
"Taxa de Gestão"	Tem o significado previsto no Art. 25, §3º, deste Regulamento.
"Taxa de Performance"	Tem o significado previsto no Art. 25, §6º, deste Regulamento.

ANEXO II AO REGULAMENTO

SUPLEMENTO DA PRIMEIRA EMISSÃO DE COTAS DO FUNDO

Este Anexo é parte integrante deste Regulamento

Suplemento da 1ª emissão de Cotas do **SUNO MULTIESTRATÉGIA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**.

Exceto se disposto de forma diversa, aplicam-se a este Suplemento os mesmos termos e definições estabelecidos neste Regulamento e nos documentos da 1ª Emissão.

Número da Emissão:	1ª emissão
Tipo de Distribuição:	Primária.
Montante Inicial da Oferta:	R$ 199.794.876,54
Montante Mínimo:	R$ 19.979.486,68
Quantidade de Cotas:	20.512.821
Quantidade Mínima de Cotas:	2.051.282
Lote Adicional:	N/A
Preço por Cota:	R$ 9,74
Taxa de Distribuição:	R$ 0,01, por Cota
Preço de Subscrição:	R$ 9,75
Data de Emissão:	29 de setembro de 2023.
Número de Séries:	Única.
Classe:	Única.
Forma de Distribuição:	Melhores Esforços. Registro da Oferta 1ª Emissão a ser realizada sob o rito de registro automático.
Distribuição Parcial:	Será admitida a distribuição parcial das Cotas 1ª Emissão, desde que subscritas e integralizadas, Cotas 1ª Emissão equivalentes à Quantidade Mínima de Cotas. As Cotas 1ª Emissão que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de colocação da Oferta 1ª Emissão deverão ser canceladas. Caso o Montante Mínimo da Oferta 1ª Emissão não seja atingido, a Oferta 1ª Emissão será cancelada.
Forma de Subscrição e Integralização:	No ato de subscrição de Cotas 1ª Emissão, cada investidor deverá assinar o respectivo Boletim de Subscrição, que especificará as condições de integralização. A liquidação física e financeira das Cotas 1ª Emissão se dará na data de liquidação da Oferta 1ª Emissão, posteriormente à data de

	divulgação do Anúncio de Início, conforme previstas no cronograma da Oferta 1ª Emissão constante do Anúncio de Início, desde que cumpridas as Condições Precedentes previstas na Cláusula 3.2 do Contrato de Distribuição, e será realizada mediante (i) transferência dos Ativos Imobiliários (conforme definidos no Regulamento) ao Fundo; e/ou (ii) pagamento ao Fundo de valores em moeda corrente nacional, através de transferência para a conta do Fundo, nos termos dos respectivos Boletins de Subscrição.
Período de Colocação:	As Cotas 1ª Emissão deverão ser distribuídas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da divulgação do anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 48 da Resolução CVM 160, observado o disposto no parágrafo 4º do artigo 59 da Resolução CVM 160. A segunda emissão de Cotas do Fundo somente poderá ser iniciada após o encerramento da Oferta 1ª Emissão, com a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta 1ª Emissão.
Público-alvo:	Investidores profissionais, conforme definidos na regulamentação aplicável.
Investimento Mínimo por Investidor:	N/A.
Coordenador Líder:	**GUIDE INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE VALORES**, instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 12º andar, CEP 01451-000, inscrita no CNPJ sob o nº 65.913.436/0001-17.
Coordenadores:	N/A.
Destinação dos Recursos:	As Cotas 1ª Emissão poderão ser integralizadas total ou parcialmente através da transferência de ativos para o Fundo, desde que compatíveis com sua política de investimento. A parcela em dinheiro da integralização das Cotas 1ª Emissão será destinada a arcar com custos e despesas do Fundo e da Oferta 1ª Emissão, e, caso haja sobejo, para a aquisição ativos previstos na política de investimentos do Fundo, conforme o Regulamento, a critério da Administradora e do Gestor.
Demais Termos e Condições:	Os demais termos e condições da 1ª Emissão e da Oferta 1ª Emissão serão descritos nos documentos da Oferta 1ª Emissão.

* * *

ANEXO III AO REGULAMENTO

MODELO DE SUPLEMENTO

Este Anexo é parte integrante deste Regulamento

Suplemento da **[=]** emissão de Cotas do **SUNO MULTIESTRATÉGIA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**.
Exceto se disposto de forma diversa, aplicam-se a este Suplemento os mesmos termos e definições estabelecidos neste Regulamento e nos documentos da **[=]ª** Emissão.

Número da Emissão:	**[=]**
Tipo de Distribuição:	**[=]**
Montante Inicial da Oferta:	**[=]**
Montante Mínimo:	**[=]**
Quantidade de Cotas:	**[=]**
Quantidade Mínima de Cotas:	**[=]**
Lote Adicional:	**[=]**
Preço por Cota:	**[=]**
Taxa de Distribuição Primária:	**[=]**
Data de Emissão:	**[=]**
Número de Séries:	**[=]**
Classe:	**[=]**
Forma de Distribuição:	**[=]**
Distribuição Parcial:	**[=]**
Forma de Subscrição e Integralização:	**[=]**
Período de Colocação:	**[=]**
Público-alvo:	**[=]**
Investimento Mínimo por Investidor:	**[=]**
Coordenador Líder:	**[=]**
Coordenadores:	**[=]**
Destinação dos Recursos:	**[=]**
Demais Termos e Condições:	**[=]**

*** * ***